



CAADP



Directrizes
da Implementação do **CAADP**
no País sob a **Declaração de Malabo**



Prefácio

Estas directrizes são baseadas num processo participativo longo que absorveu informação de uma gama de estudos, reuniões, visitas ao país e eventos. Os seguintes têm sido os passos principais significativos:

- CAADP: Sustentando o Momento para a próxima década: Este exercício foi executado em 2012 e as lições dos primeiros dez anos da implementação do CAADP foram resumidas;
- Workshop da NEPAD em Abril de 2014 sobre a revisão das Directrizes de Implementação do CAADP ;
- Implementação do CAADP Nacional - Abraçando Malabo: Um simples Guia de Implementação: uma primeira versão das novas directrizes introduzindo os componentes de quatro países também utilizados neste guia;
- Workshop da NEPAD de 17 a 18 de Dezembro de 2015 apresentando uma versão antecipada das directrizes;
- CAADP e Estudo dos Sistemas Nacionais: Estudos de casos de países como Malawi, Ruanda, Camarões, Tunes e Burkina Faso onde o CAADP está implantado nos sistemas e procedimentos domésticos, especialmente nos procedimentos orçamentais e de planeamento;
- Uma Avaliação do NAIP: Estudos de casos de Países como Malawi, Tanzânia, Togo e Burundi, avaliando o NAIP, em particular no que diz respeito ao sucesso que têm tido atraindo os investimentos privados;
- Discussões sobre o CAADP e Estudo de Sistemas do Países e a Avaliação do NAIP numa série de reuniões da NEPAD : pessoal da NEPAD e participantes do CAADP em Magaliesberg (7 Agosto de 2015); NEPAD e pessoal do
- GIZ em Pretória (9 Novembro de 2015); e Equipa de Trabalho dos Parceiros de Desenvolvimento do CAADP em Bonn (12 Fevereiro de 2016);
- O Retiro dos Secretários Permanentes da Agricultura da AUC em Acra, Gana em Março de 2016;
- Finalmente, a 12ª Plataforma de Parceria do CAADP realizada de 12 a 14 Abril de 2016 em Acra, Gana.

As directrizes também consideram os seguintes instrumentos essenciais do CAADP :

- A Estrutura de Resultados do CAADP 2015-2025, Abril 2015
- A Estratégia & Quadro de Referências da Implementação da Declaração de Malabo, 2015-2025,
- O Programa de Trabalho: tornando operacional a Declaração de Malabo sobre a Agricultura Africana e a Estratégia & Quadro de Referências da Implementação do CAADP (2015)
- As Directrizes de Revisão Bienal da NEPAD (2016)

Os instrumentos essenciais do âmago do CAADP forneceram tanto a fundação como o esqueleto para essas directrizes, a Declaração de Malabo indicou a direcção e, finalmente, as experiências do país juntas através do estudo dos Sistemas Nacionais e da avaliação do NAIP colocaram a carne nos ossos da estrutura.

Agradecemos aos países visitados terem sido tão sinceros na discussão dos seus NAIPs e nos desafios das suas implementações. Agradecemos também aos muitos participantes do CAADP que fizeram perguntas críticas e contribuições importantes que guiaram a escrita deste documento. Pretendemos que essas sejam 'directrizes estimulantes' que vão ser acompanhadas por informação subsequente na forma de Notas Técnicas tais como a regulação do mercado, controlo do preço, subsídios de input mas também ferramentas de gestão como a Estrutura de Despesa a Médio Prazo, Revisão da Despesa Pública de Agricultura, Estrutura de Avaliação do Desempenho. Os temas das Notas Técnicas vão ser seleccionados dependendo da procura nacional. Os comentários sobre estas directrizes ou sugestões para as Notas Técnicas são bem-vindas e podem ser enviadas para o **Dr Augustin Wambo Yamdjeu, Head of CAADP** (AugustinW@nepad.org).

Abreviações

| | |
|-----------------|--|
| AgPER | Revisão da Despesa Pública Agrícola |
| ASLM | Ministérios que Lideram o Sector Agrícola |
| AU | União Africana |
| AUC | Comissão da União Africana |
| BR | Revisão Bienal |
| CAADP | Programa Compreensivo de Desenvolvimento da Agricultura Africana |
| CAADP RF | Estrutura de Resultados do CAADP |
| CCA | Acordos de Cooperação do País |
| CD | Desenvolvimento de Capacidade |
| CoC | Código de Comportamento |
| D-PAF | Estrutura de Avaliação do Desenvolvimento do Desempenho-Parceiro |
| DP | Desenvolvimento do Parceiro |
| DREA | Departamento da Agricultura e Economia Rural |
| S&G | Padrões e Graduação |
| JAS | Estratégia Conjunta de Assistência |
| JSR | Revisão Conjunta do Sector |
| M&E | Monitoramento e Avaliação |
| MD | Declaração de Malabo |
| MoU | Memorando de Compreensão |
| MTEF | Estrutura de Despesa a Médio Prazo |
| NAFSIP | Plano de Investimento de Segurança e Alimento e Agricultura Nacional |
| NAIP | Plano de Investimento da Agricultura Nacional |
| NDP | Plano de Desenvolvimento Nacional |
| NEPAD | Nova Parceria para o Desenvolvimento de África |
| PAF | Estrutura de Assistência ao Desempenho |
| PEFA | Despesa Pública e Responsabilidade Financeira |
| PFM | Gestão da Finança Pública |
| REC | Comunidade Económica Regional |
| SAKSS | Sistema de Apoio ao Conhecimento de Análise Estratégica |
| SDG | Objectivo de Desenvolvimento Sustentável |
| SPS | Sanitário e Fitossanitário |
| SWAP | Abordagem Alargada ao Sector |

Índice

| | | |
|----------------|---|----|
| 1 | Do Maputo a Malabo e além | 4 |
| 2 | Introdução às directrizes | 5 |
| 2.1 | Implementando para resultados | 6 |
| 2.2 | Componentes de Implementação do CAADP no país | 8 |
| 3 | Domesticando a Declaração de Malabo | 10 |
| 3.1 | Ancorando os compromissos de Malabo nos instrumentos nacionais | 11 |
| 3.2 | Marco e Entregas | 11 |
| 4 | Avaliação e Formulação do NAIP | 13 |
| 4.1 | Propósito e alcance do NAIP | 14 |
| 4.2 | Política & Planeamento | 16 |
| 4.3 | Finança & Investimento | 18 |
| 4.4 | Coordenação & Cooperação | 21 |
| 4.5 | Monitoramento & Responsabilidade | 23 |
| 4.6 | Incorporando a estrutura de Resultados do CAADP | 26 |
| 4.7 | Marco e Entregas | 26 |
| 5 | Implementação do NAIP | 29 |
| 5.1 | Política & Planeamento | 30 |
| 5.2 | Finança & Investimento | 31 |
| 5.3 | Coordenação & Cooperação | 32 |
| 5.4 | Monitoramento & Responsabilidade | 33 |
| 5.5 | Marco e Entregas | 33 |
| 6 | Responsabilidade Mútua sob a Declaração de Malabo | 35 |
| 6.1 | Revisão Bienal | 35 |
| 6.2 | Áreas de Desempenho | 36 |
| 6.3 | Impacto da Revisão Bienal no Processo do CAADP | 37 |
| 6.4 | Cronologia para Revisão Bienal | 38 |
| 6.5 | Marco e Entregas | 38 |
| 7 | Conclusão | 38 |
| Anexo 1 | Instrumentos de apoio suplementares para a Implementação do CAADP no País | 40 |
| Anexo 2 | Estrutura de Resultados do CAADP | 43 |
| Anexo 3 | Visão geral dos Compromissos da Declaração de Malabo | 44 |
| Anexo 4 | Ligação da Estrutura de Resultados do CAADP e Declaração de Malabo | 45 |
| Anexo 5 | Lista de controlo da Avaliação do NAIP e Conjunto de Ferramentas | 46 |
| Anexo 6 | Comparação entre a SWAP Agrícola e o NAIP | 51 |
| Anexo 7 | Planos de Desenvolvimento Nacional e NAIPs | 52 |
| Anexo 8 | Revisão Bienal Cronológica | 53 |
| Anexo 9 | Directrizes da Revisão Conjunta do Sector (JSR) | 54 |

1. Do Maputo a Malabo e além

A 2ª Assembleia da União Africana realizada no Maputo, Moçambique em Julho de 2003, assinou uma declaração sobre a Segurança Alimentar e Agricultura. Esta **Declaração do Maputo** considerou um programa emblemático pan-Africano da Nova Parceria para Desenvolvimento Africano (NEPAD): o Programa Compreensivo de Desenvolvimento da Agricultura Africana (CAADP). CAADP foi visto como o veículo para estimular a produção e ocasionar segurança alimentar entre as populações do continente. Hoje, a Declaração do Maputo é recordada principalmente pelo seu compromisso em atribuir pelo menos 10% do orçamento nacional à agricultura de modo a alcançar um crescimento de 6% na economia agrícola.

Em 2013, NEPAD conduziu um exercício que lançou um olhar retrospectivo aos dez anos da implementação do CAADP (*Sustentando o Momento do CAADP*). Muitas realizações puderam ser relatadas:

- Agricultura subiu ao topo da agenda política, não só em África mas também mais alargada internacionalmente e entre os parceiros de desenvolvimento. Um total de 40 países assinou o Compacto CAADP e dois terços daqueles formularam um Plano de Investimento da Agricultura Nacional (NAIP) ou um Plano de Investimento de Segurança Alimentar e Agricultura Nacional (NAFSIP).
- Um resultado positivo da Revisão do CAADP foi que planos nítidos baseados num potencial de crescimento doméstico (informado pelos estudos do inventário do CAADP) levaram a um aumento de investimentos no sector, mesmo que, em muitos países, isto não tenha atingido os 10% comprometidos no Maputo.
- O progresso feito na obtenção dos 6% de crescimento agrícola foi também evidente, mas é observada muita variação entre os países. Geralmente, o crescimento da agricultura não é suficientemente equitativo, como indicado pela renitente insegurança alimentar, níveis de pobreza e desnutrição. Além disso, a revisão do CAADP mostrou que o crescimento agrícola foi alcançado principalmente por um aumento na área de cultivo em vez de um aumento de produtividade por unidade de terra.

Até que ponto dez anos do CAADP resultaram em um aumento de investimento privado na agricultura, foi talvez o mais difícil de estabelecer. A informação no investimento privado é muitas vezes escassa e dispersa, especialmente no que diz respeito a investimentos por empresas (domésticas) médias e pequenas. Mas mesmo que os NAIPs possam não ter aumentado significativamente os investimentos privados na agricultura, pelo menos tornou-se evidente que tais investimentos são necessários para estimular e sustentar o crescimento agrícola.

Uma realização subsequente e ainda mais geral da década do Maputo foi que nem tudo o necessário para o crescimento da agricultura acontecer tem lugar no sector agrícola ou está dentro do mandato do Ministério da Agricultura. A implementação sob o CAADP tornou claro que os Ministérios da Agricultura não podem forçar os Ministérios da Finança a comprometerem na agricultura 10% dos fundos públicos. De maneira semelhante, para acontecer o investimento, deve estar organizado um ambiente encorajador de negócio que contenha condições tais como taxas de juros atractivas e regulamentos favoráveis de exportação e importação; condições que não podem ser criadas pelo Ministério da Agricultura, ou só para o sector agrícola.

Assim, em Junho de 2014, os Chefes do Estado reuniram-se em Malabo para a 23ª Assembleia da AU, eles reiteraram que a segurança alimentar e agricultura ainda estava no topo das suas agendas. Mas desta vez, eles lançaram as suas visões para além deste sector, na esperança de abordarem mais eficazmente os obstáculos que continuam a obstruir o crescimento da agricultura.

A Declaração de Malabo no Aceleração do Crescimento Agrícola e Transformação para Prosperidade Partilhada e Melhoria dos Meios de Vida reafirma o compromisso central da era do Maputo, nomeadamente a atribuição de 10% dos recursos públicos à agricultura. Também especifica mais nitidamente uma série de compromissos na agricultura, tais como um aumento da irrigação e mecanização ou a forma de redução das perdas pós-colheita. Assim, em contraste com a Declaração do Maputo, contém muitos mais compromissos em áreas como infra-estruturas, recursos naturais, posse da terra, comércio e nutrição. Estas áreas são importantes para a agricultura, mas não estão (completamente) sob o mandato do Ministério da Agricultura.

Assim, a Declaração de Malabo é mais alargada que a sua precessora, embora ao mesmo tempo, continua a considerar o CAADP como o veículo principal para a implementação dos seus compromissos, como no caso do Maputo.

A Declaração de Malabo que é mais alargada que a do Maputo muda o alcance da agenda do CAADP, que pode agora ser dividido nas fases seguintes: Um CAADP um tanto mais sectorial-único do **Maputo** e um CAADP mais nitidamente multi-sectorial do **Malabo**. Claro, a Declaração do Maputo tratou não só da agricultura, mas também da segurança alimentar. Contudo, a implementação desta declaração tendeu a ter um foco no Ministério da Agricultura e o seu mandato neste sector. Por isso de várias maneiras, podemos falar num Maputo “com foco em um representante-único” versus um CAADP do Malabo baseado em representantes-múltiplos.

As mudanças essenciais introduzidas pela Agenda do CAADP baseado-Malabo são:

- CAADP continua a ter um foco no sector agrícola, mas agora também precisa de ter em conta as áreas de sectores relacionados necessárias para o crescimento da agricultura;
- Uma maior cooperação e coordenação intra-sectorial é necessária e deve ser mantida através de mecanismos de coordenação eficazes e adequados;
- A necessidade para cooperação intra-sectorial sob o CAADP aumenta o papel das agências governamentais centrais na implementação do CAADP no país, em particular o dos Ministros das Finanças e Planeamento, ou Comissões de Planeamento Nacional;
- O NAIP continua a ser o veículo essencial para atingir os objectivos da Declaração do Malabo, mas não pode continuar a ser considerado como o único veículo para atingir esses objectivos, dependendo de outras estruturas de implementação para a sua realização;
- A ênfase na implementação, resultados e impacto é aumentada: Enquanto que a era CAADP-Maputo foi sobre configurar a arquitectura do processo e os seus marcos (compacto, NAIP, reunião de negócios), a era CAADP-Malabo deve agora solidificar essa fundação e assegurar a entrega dos objectivos de Malabo assim como os relacionados com os outros objectivos de desenvolvimento nacional.

Para garantir que a ênfase na entrega não permanece uma promessa vazia, os Chefes de Estado concordaram em uma Revisão Bienal, na qual o progresso de cada país é medido em anos alternados e em relação a tudo o que a Declaração de Malabo está empenhada em alcançar.

2 Introdução das directrizes

Estas directrizes não são prescritivas. Os desafios na agricultura são diferentes para cada país; e em cada país as responsabilidades são atribuídas de maneira diferente: Ministérios da Agricultura podem também ser responsáveis pela pecuária & pescas, pela água & irrigação, pelos recursos naturais, pelo desenvolvimento rural, pela floresta. Por vezes essas responsabilidades são atribuídas a outros ministérios. Posteriormente, existem variações largas entre os países no que diz respeito à força e nível de organização do sector privado: Pode haver uma dominância absoluta de grandes empresas com pequenos investidores dispersos lutando para obter uma posição. Em outros casos, algumas cadeias de valor são

fortemente organizadas com outras cadeias de valor dissolutamente ligadas. Participantes não-estatais podem estar conscientes, alerta e articulados, ou podem estar deficientemente informados, dominados e silenciosos.

A heterogeneidade extrema do sector agrícola é o que faz o desenvolvimento deste sector ser tão desafiante, mas ao mesmo tempo tão interessante. O sector agrícola não pode ser desenvolvido de uma forma orientada - fornecimento, como pode ser o caso dos sectores da saúde e da educação. A construção e angariação de pessoal para escolas e hospitais percorrem um caminho longo para garantir educação e saúde. Mas o crescimento agrícola não pode ser comprado: Apenas o financiamento público não pode garantir o crescimento de uma maneira sustentável, a não ser que o financiamento público seja de um tipo que apoia (e não asfixia) o sector privado e de uma qualidade que estimula e cataliza o crescimento agrícola de uma forma inclusiva e equitativa.

CAADP adicionou mais valor onde foi usado de uma maneira flexível para reforçar a capacidade sistémica e institucional. Os princípios do CAADP, tais como a evidência baseada no planeamento e processos de planeamento inclusivo, podem ser aplicados a todos os sistemas e o propósito do CAADP de estimular o sector privado na condução de um crescimento agrícola equitativo, pode ser adoptado por todos os países. Estas directrizes são sobre a partilha de boas práticas para ajudar a integração destes princípios e práticas do CAADP. Para reflectir sobre as mudanças trazidas a bordo pela Declaração de Malabo, estas directrizes de implementação dos países incorporam:

- Uma perspectiva para além da agricultura
- Uma ênfase na implementação, entrega e resultados
- Uma visão renovada em como estimular o investimento privado e o crescimento do sector privado

As directrizes podem ser usadas:

- Nos países que estão no curso do NAIP em implementação
- Nos países que estão prestes a formular uma nova fase do NAIP
- Nos países que estão planeando o seu primeiro NAIP

As directrizes foram escritas pelos responsáveis da implementação do CAADP no país, tais como Pontos Focais do CAADP e Equipas do País do CAADP, Ministérios da Agricultura, outros ministérios relevantes agrícolas e Ministérios das Finanças e Planeamento. Contudo, o guia também vai ser útil para um grupo alargado de participantes do CAADP que podem incluir: Representantes Não- Estatais tais como organizações de agricultores, associações de comodidades, sociedade civil, organizações de angariação e vigilância; o sector privado comercial e aqueles apoiando a implementação do CAADP tanto dentro do país como globalmente tais como NPCA AUC-DREA; Comunidades Económicas Regionais (RECs); e Parceiros de Desenvolvimento.

Estas directrizes vão ser acompanhadas por uma série de Notas Técnicas que oferecem informação aprofundada e actualizada das ideias e conceitos introduzidos nestas directrizes. Outros instrumentos que apoiam a implementação do CAADP e NAIP ao nível do país incluem os Networks Técnicos e um Conjunto de Ferramentas de Avaliação do NAIP nos métodos para medição dos objectivos e marcos. O Anexo 1 tem um sumário.

2.1 Implementando para resultados

Como mencionado no primeiro capítulo, a Declaração de Malabo introduz um foco mais forte e nítido na entrega e resultados. Mesmo durante a “era do Maputo” os NAIPs individuais tiveram sucesso, mas ao longo do continente como um conjunto, a entrega e os resultados ficaram abaixo das expectativas. Vários estudos inspeccionaram as razões para uma implementação com maior ou menor sucesso dos NAIPs, e estas directrizes foram elaboradas em volta dessas conclusões.

Hoje, o processo do CAADP não é apenas sobre a implementação do NAIP, é sobre a implementação com sucesso do NAIP no contexto de outros programas relevantes à agricultura, todos coordenados e alinhados aos compromissos de Malabo, traduzidos em uma política nacional e instrumentos de planeamento. Isto é um pedido de grande estatura mas um que se tem que levar muito a sério para os compromissos de Malabo serem alcançados.

Estrutura de Resultados do CAADP

A Estrutura de Resultados do CAADP (CAADP RF) é a estrutura global para a Agenda do CAADP também sob a Declaração de Malabo (anexo 2). A CAADP RF distingue três níveis de objectivos:

| | Resultados apontados para | Tipo de indicador |
|---------|--|---------------------|
| Nível 1 | Impacto ao qual a agricultura contribui reflecte os objectivos do impacto final dirigidos a uma implementação com sucesso do CAADP no contexto da Declaração de Malabo | Impacto |
| Nível 2 | Mudanças na agricultura da implementação do CAADP: refere-se aos resultados de uma entrega com sucesso pelos Programas de Investimento Agrícola Nacional e outras estruturas de programas relevantes a Malabo. Essas são áreas de acções estratégicas e política onde a transformação se deve materializar. | Resultado |
| Nível 3 | Valor adicional do CAADP refere-se aos outputs necessários, em termos de capacidade sistémica, para criar um ambiente institucional, financeiro e político que possibilita uma implementação coordenada e com sucesso dos NAIPs e outros programas relevantes | Rendimento (Output) |

As Directrizes oferecem conselhos no que diz respeito ao reforço das capacidades transformadoras, sistémicas e institucionais que são a fundação de uma implementação com sucesso do CAADP. Assim, estas directrizes relacionam-se na maioria com o **Nível 3** da CAADP RF, por outras palavras: O valor adicional do CAADP aos esforços nacionais do país para transformar o seu sector agrícola.

Uma implementação com sucesso dos NAIPs deve conduzir aos resultados referidos nos **níveis 2 e 1** da CAADP RF, nomeadamente a implementação dos NAIPs em coordenação com outros programas agrícolas relevantes de uma forma que o investimento privado ao sector na produção agrícola, negócios agrícolas e indústria agrícola conduza a um crescimento igual e sustentável.

O monitoramento se este for o caso é da responsabilidade do país no que diz respeito aos níveis nacionais. Os países vão ter os seus próprios instrumentos para monitorar os programas agrícolas para servirem as necessidades de gestão e planeamento do sector. Sob a Declaração de Malabo, alguma desta informação necessita de ser avançada a nível continental para uso no processo de Revisão Bienal.

As Comunidades Económicas Regionais (RECs) são responsáveis pelo progresso do monitoramento em relação aos objectivos de Malabo a nível regional. A Revisão Bienal a nível continental examina os resultados (Nível 2) e o impacto (Nível 1). A Revisão Bienal vai então usar os dados fornecidos pelos países e RECs (ver capítulo 6).

2.2 Componentes de Implementação do CAADP no País

A Declaração de Malabo deve se tornar em mais do que um pedaço de papel assinado. A declaração tem o potencial de transformar a agricultura, assim como a maneira em que esta transformação é realizada, com o seu compromisso de reforçar a parceria entre agricultores, produtores e sociedade civil e realçar o investimento privado, negócio agrícola e indústrias agrícolas. Para que essas promessas se transformem em prática, vai depender da liderança do país e da sua capacidade para conduzir a implementação. Para que isso aconteça, foram adicionadas duas fases à implementação do CAADP no país:

- No começo, os compromissos da Declaração de Malabo têm de ser adoptados e implementados pelos países, para garantir que é formada a base para uma acção coordenada a nível do país;
- No final, o progresso em relação a estes objectivos globais tem de ser medido.

Entre estas duas fases os NAIPs continuam a estar no centro, mas na sua integridade o processo do CAADP deve garantir que:

- NAIPs são formulados e implementados em coordenação com outros programas de modo que em conjunto possam abordar e satisfazer todos os compromissos da Declaração de Malabo
- NAIPs e outros programas relevantes são alinhados, não só em relação a objectivos globais de desenvolvimento nacional mas também à Declaração de Malabo
- Progresso é monitorado com respeito a objectivos nacionais e em relação às metas da Declaração de Malabo

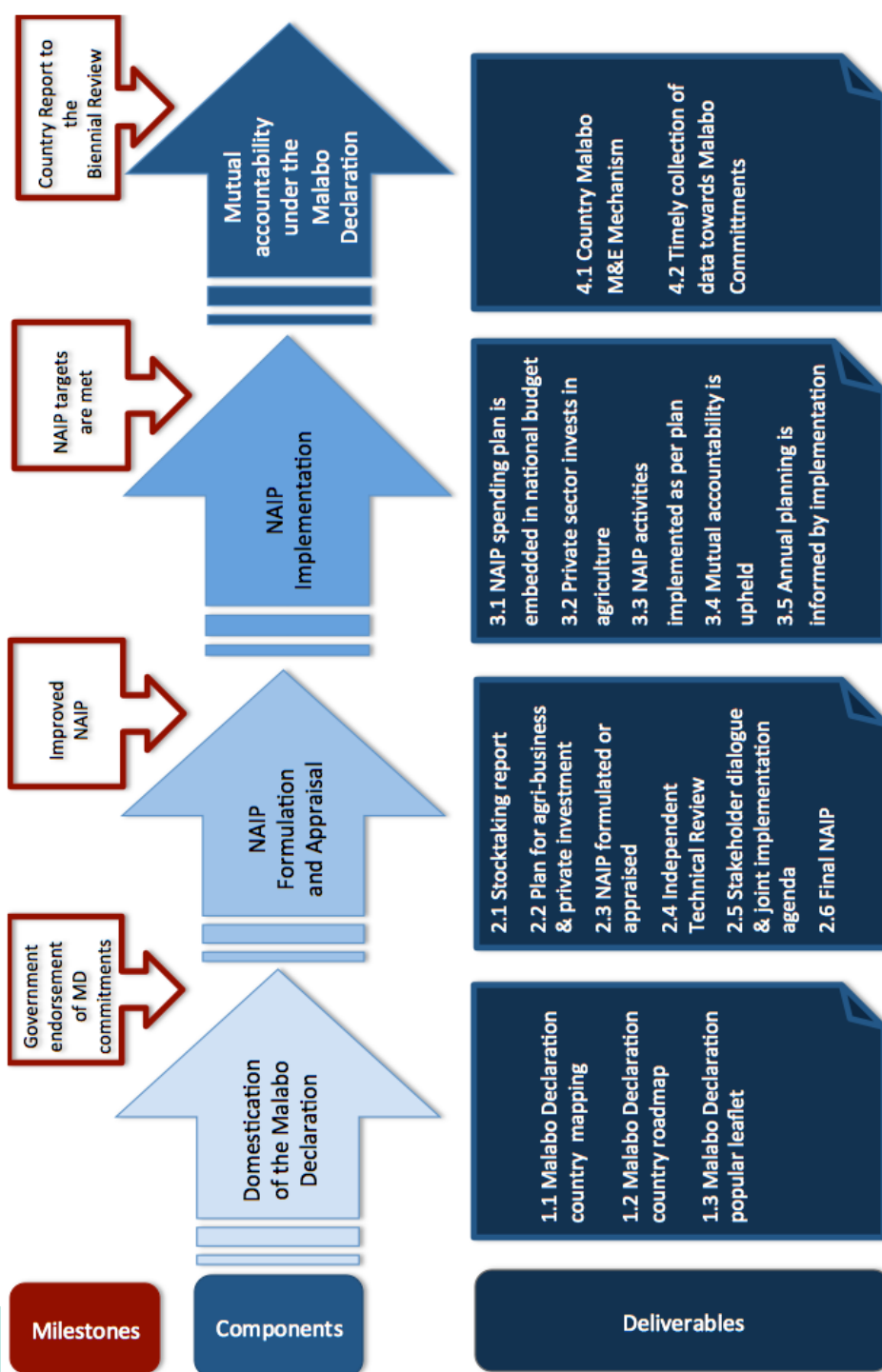
Assim, a implementação do CAADP no país pode agora ser dividida em quatro componentes (ver também fig 1):

| | | |
|----------------------|---|---|
| Novo | 1 | Domesticando os compromissos da Declaração de Malabo: Países estabelecem uma estratégia para transformar os compromissos de Malabo em acção. |
| Componentes Centrais | 2 | Avaliação do NAIP (ou Formulação): A avaliação é uma análise do NAIP em curso, as suas forças e fraquezas, incluindo um plano de acção para ultrapassar as fraquezas na implementação. Para países que estão prestes a formular uma fase posterior dos seus NAIPs, este NAIP subsequente oferece uma oportunidade de realizarem as coisas de modo diferente. Os países que ainda estão a formular o seu primeiro NAIP vão utilizar este componente para garantir que o conteúdo do NAIP é relevante para estimular o investimento privado e criar um ambiente possibilitando a implementação do NAIP. |
| | 3 | Implementação do NAIP: Este é o componente central, onde a entrega em relação a um plano e na direcção de objectivos globais tem de ser garantida para produzir os resultados e o impacto esperados. |
| Novo | 4 | Responsabilidade Mútua: este é um componente que permite a revisão e diálogo na implementação do NAIP, através de revisões conjuntas do sector (JSRs). O resultado destas JSRs irá informar a Revisão Bial que os países responsabilizados no que diz respeito ao seu progresso em relação aos compromissos de Malabo. |

Estes componentes formam a estrutura básica dos capítulos seguintes das directrizes: Cada capítulo menciona os marcos a serem alcançados e as “entregas” principais que reforçam este componente.

Marcos (ex. aprovação governamental da Declaração de Malabo) são passos obrigatórios no processo, mas as entregas que sustentam o alcance desse marco (ex. Revisão de Desempenho do Sector) dependem até certo ponto dos contextos e instrumentos do país. As entregas que provaram ser úteis estão listadas como um guia. Figura 1 apresenta uma visão geral.

Figure 1 CAADP Country Implementation under the Malabo Declaration



3 Domesticando a Declaração de Malabo

| Marco | <i>Aprovação do Governo dos compromissos da Declaração de Malabo</i> |
|----------|---|
| Entregas | Um levantamento do país sob a Declaração de Malabo; da sua implementação actual em relação aos compromissos da Declaração de Malabo, identificando as lacunas maiores para a realização do alinhamento |
| | Um quadro de referências do país sob a Declaração como uma estratégia para o fecho de lacunas, resolução de conflitos e melhoria de coordenação através dos programas |
| | Um panfleto popular da Declaração de Malabo explicando a declaração aos seus beneficiários tais como agricultores, produtores, empresários, mulheres e jovens |

Os compromissos da Declaração de Malabo foram redigidos após um processo consultivo participador e foram assinados pelos Chefes do Estado (anexo 3). É importante notar que as metas de Malabo estão alinhadas com as metas globais agrícolas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs), com um horizonte do Malabo mais ambicioso de 2025 enquanto que os SDGs estão definidos para 2030.

Os Chefes de Estado concordaram em serem responsáveis e o mecanismo que escolheram é o de uma Revisão Bienal. NPCA é responsável pela coordenação técnica desta revisão e informação à Comissão da União Africana (AUC). A informação de países individuais à Revisão Bienal começa em Janeiro de 2018, e continua até 2025. Isto dá um momento para uma entrega tangível em relação aos objectivos.

3.1 Ancorando os compromissos de Malabo nos instrumentos nacionais

Para estruturas agrícolas a nível de país, tais como o NAIP, serem alinhados com Malabo, os seus compromissos pan-Africanos devem primeiro ser encapsulados em instrumentos nacionais, aos quais os instrumentos do sector podem então ser alinhados (tais como os Planos de Desenvolvimento Nacional específicos do país ou documentos de Visão).

A interpretação dos compromissos de Malabo em uma acção a nível do país requer os passos seguintes:

1. **Adopção formal:** Os compromissos e objectivos devem ser adoptados oficialmente e integrados pelo Governo e amplamente divulgados aos participantes agrícolas em todo o país.
2. **Avaliação da cobertura:** Os participantes do país devem avaliar em que medida os compromissos da Declaração de Malabo são abordados pelas estruturas existentes. Tais estruturas vão constituir de uma série de políticas, estratégias e programas. A nível nacional estas podem incluir documentos de Visão a longo prazo e Planos de Desenvolvimento Nacional a médio prazo. No sector agrícola isto pode incluir uma Estratégia do Sector Agrícola (se o país tiver uma) , o NAIP e os outros planos e programas relevantes à Agricultura/Malabo.
3. **Identificação de lacunas:** A avaliação da cobertura existente da Declaração de Malabo descrita acima possibilita o passo seguinte na identificação de lacunas, ou seja, onde o complemento de programas existentes ainda está aquém da abordagem e alcance das metas de Malabo.
4. **Elaboração de um quadro de referência do país da Declaração de Malabo:** Finalmente, baseado em todo o precedido, a acção necessária para preencher as lacunas identificadas devem ser especificadas. Deve o NAIP ser expandido, ou existe uma necessidade de programas complementares (que podem incluir medidas necessárias dentro mas também fora do mandato do Ministério da Agricultura)?

A Estrutura de Resultados do CAADP pode actuar como uma ponte entre a Declaração de Malabo e a implementação do CAADP no país. O anexo 4 liga a Declaração de Malabo à CAADP RF. A ligação da CAADP RF a nível do país é feita por intermédio do NAIP específico do país e do seu processo CAADP.

3.2 Marco e Entregas

Aprovação do Governo da Declaração de Malabo é o marco deste primeiro componente de implementação do CAADP no país. As entregas que criam uma fundação para a implementação são :

Levantamento do país na Declaração de Malabo

Os participantes do país avaliaram a medida em que os componentes da Declaração de Malabo são abordados por políticas, estratégias e programas já em implementação (Planos de Desenvolvimento Nacional, NAIPs e outros planos, programas e projectos relevantes). Este “levantamento” pode estar em forma de matriz, com os compromissos de Malabo para baixo em um eixo, e as estruturas do programa ao longo de outro. Cada estrutura (plano, programa, e projecto) é provável abordar mais do que um compromisso de Malabo, e por isso seria então o caso de assinalar os compromissos por cada estrutura (ver figura 2).

Figura 2 Exemplo de um Levantamento do País na Declaração de Malabo

| Compromissos de Malabo | Estratégias e/ou Programas Nacionais | | | | | | |
|--|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------|
| | NDP | NAIP | Nutrição | Comércio | Emprego | Ambiente | Outro |
| 1. Reafirmar o compromisso ao CAADP | | <input type="checkbox"/> | | | | | |
| 2. Reafirmar o compromisso ao financiamento agric. | | <input type="checkbox"/> | | | | | |
| 3. Acabar com a fome | ✓ | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | | | | |
| 4. Reduzir para metade a pobreza | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | | | <input type="checkbox"/> | | |
| 5. Impulsionar o comércio intra-Africano | ✓ | <input type="checkbox"/> | | <input type="checkbox"/> | | | |
| 6. Melhorar a resiliência | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | |
| 7. Responsabilidade mútua | | <input type="checkbox"/> | | | | | |

Vale a pena referir a versão original da Declaração de Malabo (não apenas o resumo), porque os sete compromissos fundamentais são posteriormente divididos em 22 compromissos de “sub-nível”. Esta visão geral pode ser também a base para uma análise futura tal como uma identificação de lacunas na cobertura, ou a localização de conflitos potenciais (ex. quando os programas prosseguem objectivos contraditórios, tais como a emissão de licenças de exploração mineira pelo Ministério de Minas versus uma garantia de posse da terra pelo Ministério de Terras ou Agricultura).

Quadro de referências do país na Declaração de Malabo

Baseia-se no exercício acima e consiste em uma estratégia projectada para o futuro no sentido de fechar as lacunas, resolver os conflitos e melhorar a coordenação entre os programas. O quadro de referências tem mais chance de ser implementado com sucesso quando elaborado de uma maneira participadora (quando necessário moderado por um facilitador).

Panfleto popular explicando a Declaração de Malabo

Quando os beneficiários estão cientes de como os programas os podem beneficiar, eles podem se tornar uma força poderosa para entrega ao abrigo desses programas. É por isso que é aconselhável a imprensa cobrir a Declaração de Malabo e emitir uma versão popular escrita simplesmente (no idioma local). Esta versão popular deve ser disseminada amplamente aos beneficiários como os agricultores, produtores, empresários mulheres e jovens. NEPAD também estabeleceu um Network Jornalístico do CAADP . Este network também pode ajudar a tornar as promessas de Malabo mais visíveis aos participantes.

4 Avaliação e Formulação do NAIP

| Marco | Melhoria do NAIP |
|----------|---|
| Entregas | Relatório do inventário como uma base para a formulação de um NAIP (também útil para outros programas ou projectos agrícolas relevantes) oferecendo uma análise das opções do crescimento da agricultura e sugerindo áreas para investimento privado e público. |
| | Plano para estimulação do negócio agrícola e investimento privado na agricultura. Informação e ideias para o desenvolvimento deste plano serão provenientes dos Diálogos Privado-Público onde os agricultores, produtores, negociantes agrícola e industriais agrícolas se encontram com tomadores de decisão e política para informarem o planeamento agrícola. |
| | Projecto NAIP / Avaliação do NAIP: Países formulando um novo NAIP devem basear este num plano de inventário e investimento privado descrito acima. Este novo NAIP irá então receber uma Revisão Técnica como parte do processo em direcção ao plano final (ver em baixo). Os NAIPs em curso podem ser sujeitos a uma aprovação. As aprovações dos NAIPs podem ser executadas por participantes do país (uma auto-avaliação, usando estas directrizes) ou por consultores (no caso de avaliação facilitada externamente). |
| | Revisão Técnica Independente é uma avaliação externa de um novo (projecto) NAIP. Os NAIPs em curso já devem ter incorporado as conclusões de uma Revisão Técnica Independente executada na altura do seu processo de formulação. Contudo, o relatório da Revisão Técnica pode ser re-visitado como parte da avaliação dos NAIPs em curso para verificar se as recomendações foram abordadas no documento final do NAIP. |
| | NAIP (Completo e final): Para países formulando um novo NAIP (ou um NAIP substituto onde o NAIP prévio completou o seu ciclo) a integração das conclusões da Revisão Técnica Independente (no projecto NAIP) deve resultar na produção do documento final do NAIP. |
| | Diálogo do Participante & agenda de implementação conjunta: Para os NAIPs em curso este diálogo revela estrangulamentos da implementação. Tanto para NAIPs em curso ou formulados recentemente, serve para criar um consenso na prioridade dos próximos passos. O output deste diálogo é uma estratégia gradual de propriedade conjunta para a implementação (melhorada) do NAIP (processo pode ser apoiado por facilitadores externos). |

Os países estão em fases diferentes no que diz respeito à implementação do CAAPD; aqueles que estavam entre o primeiro grupo que assinaram os seus Compactos CAADPs (antes de 2009) estão já em muitos casos a implementar a segunda fase de um NAIP; aqueles que assinaram mais tarde (ex. no fim de 2011) tendem a estar perto do final da primeira fase do NAIP e, outros (ex. compactos assinados no fim de 2014) ainda não começaram a implementação ou ainda estão a formular o NAIP. Como realçado anteriormente, estas directrizes são destinadas a todos os países, indiferentemente das suas fases de implementação do CAADP:

- Durante a fase de planeamento estas directrizes ajudam a criar uma fundação forte para a elaboração do NAIP (e outros programas relacionados com a agricultura)
- Durante a fase de implementação podem ajudar a avaliação dos NAIPs em curso (e assim identificar o âmbito para melhoria de uma nova fase do NAIP).

A experiência mostra que quando os sistemas do país são robustos e quando os NAIPs estão enraizados firmemente nesses sistemas do país, o impacto do NAIP tem sido muito maior. Por isso, este capítulo examina particularmente como garantir que o NAIP é completamente incorporado nos sistemas e processos do país e como avaliar se estes não são de uma qualidade que permita a implementação com sucesso do NAIP.

O capítulo começa com uma visão no propósito e alcance do NAIP seguido por uma breve discussão das diferenças entre os países na forma como o NAIP é utilizado. A parte principal deste capítulo é baseada em volta de quatro áreas de avaliação e seus ingredientes de sucesso: (1) Política & Planeamento; (2) Finança & Investimento; (3) Coordenação & Cooperação; (4) Monitoramento & Responsabilidade.

O anexo 5 apresenta as listas de verificação destas quatro áreas: As questões apresentadas podem ser usadas como parte de uma 'auto-avaliação' ex. durante a formulação (nos países projectando um NAIP) ou como parte de um M&E (em países com NAIPs em curso) por exemplo durante Revisões Intercalares ou Revisões Conjuntas do Sector. O capítulo termina com a discussão do marco e entregas no âmbito desta fase.

4.1 Propósito e alcance do NAIP

O propósito do NAIP está no seu nome: É um Plano de Investimento Agrícola Nacional, pelo que se assume que um componente maior do investimento está na forma de investimento privado, porque em última análise é o investimento do sector privado que irá estimular o crescimento.

Durante a era do Maputo, a identificação das oportunidade de investimento (por meio do Inventário), a criação das condições correctas para investimento (por meio do NAIP) e o encorajamento do sector privado em investir (na Reunião de Negócios) correm como uma linha burocrática ao longo do processo do CAADP e eram a fibra de ligação dos seus marcos. A Declaração de Malabo tem colocado ênfase nesta orientação do CAADP para o crescimento da agricultura voltada ao sector privado e até mesmo a elevou com o seu compromisso de parcerias e alianças com os agricultores, agro -negociantes e sociedade civil e com o seu compromisso de triplicar o comércio intra-Africano em serviços e comodidades agrícolas.

Este foco em potenciar o investimento privado é um valor adicional importante do NAIP. Em casos em que existem mais programas agrícolas nacionais, esta ênfase de estimular o investimento coloca o NAIP à parte de outras estruturas tais como as Abordagens Alargadas do Sector Agrícola ou SWAPs.

Se o NAIP é uma SWAP Agrícola, é um assunto que tem levantado muitas perguntas. Embora a necessidade de clarificação é justificada, é importante não nos perdermos em semânticas ou sermos demasiado dogmáticos sobre as características exactas quer da SWAP como do NAIP. Naturalmente, o NAIP como um instrumento de um sector-alargado pode ser chamado uma SWAP e em alguns países o NAIP substituiu a SWAP Agrícola que existia antes dele. **Resumindo, os cenários do país podem aproximadamente serem divididos no seguinte:**

1. O NAIP substituiu a SWAP inicial como o único plano alargado ao sector agrícola e assim tornou-se efectivamente a nova SWAP Agrícola;
2. O NAIP foi adicionado à já existente SWAP Agrícola e essas estruturas de desenvolvimento agrícola nacional continuaram a existir lado-a-lado;
3. Um novo programa de desenvolvimento agrícola nacional foi adicionado depois do NAIP, criando assim a mesma situação que no ponto 2 com estruturas de desenvolvimento agrícola nacional diferentes existindo lado-a-lado;

4. O NAIP não é programa de actividades (como no ponto 1 a 3) mas em vez disso um Plano de Investimento na sua forma mais verdadeira, ou seja um plano para financiar o (por vezes já existente) programa agrícola nacional de actividades (ou SWAP Agrícola).

Isto mostra que a prática na vida real nem sempre é nítida, e seria um disparate se estas directrizes aparentassem o contrário. Mas a experiência de implementação no país também ensinou três lições principais que podem ajudar na selecção de cenários menos directos do país :

Lição 1 **Um plano único cria clareza e consenso** porque se apresenta como uma orientação nítida aos participantes no sector. Iniciativas diferentes em escala mais pequena podem ainda existir (ex. projectos), mas essas podem ser alinhadas com o plano global. Um único plano em que os participantes (incluindo os parceiros de desenvolvimento) são mobilizados evita agendas conflituosas competindo para recursos (cenário 1 e 4 acima);

Lição 2 **O papel do NAIP deve ser claramente delineado** em casos onde o NAIP não é o único plano nacional para o desenvolvimento da agricultura (cenários 2 e 3), as diferenças baseadas na origem da SWAP e do NAIP podem apontar o caminho para uma divisão de papéis entre esses dois instrumentos: Ao passo que a SWAP tende a ser mais sobre administração pública e provisão de serviço público, o NAIP é mais sobre a estimulação do investimento privado e o crescimento do sector privado. Com certeza que o NAIP também olha para os serviços públicos, mas deve fazê-lo através de lentes melhorando a qualidade e relevância desses serviços para “activar” e “potenciar” o investimento privado (ver o anexo 6 para uma visão comparativa).

Lição 3 **O NAIP como um Plano de Investimento verdadeiro é um instrumento útil** porque ele consegue mobilizar energia e compromisso em volta de um envelope de recursos, em vez de tratar a maneira como o programa é financiado como uma espécie de reflexão (cenário 4). Demasiados NAIPs vacilam simplesmente porque são insuficientemente financiados. O NAIP como um plano para angariar o investimento para um programa de actividades (possivelmente uma SWAP já em existência) pode actuar como uma ferramenta prática garantindo o financiamento. Isto, naturalmente, ajuda grandemente a implementação.

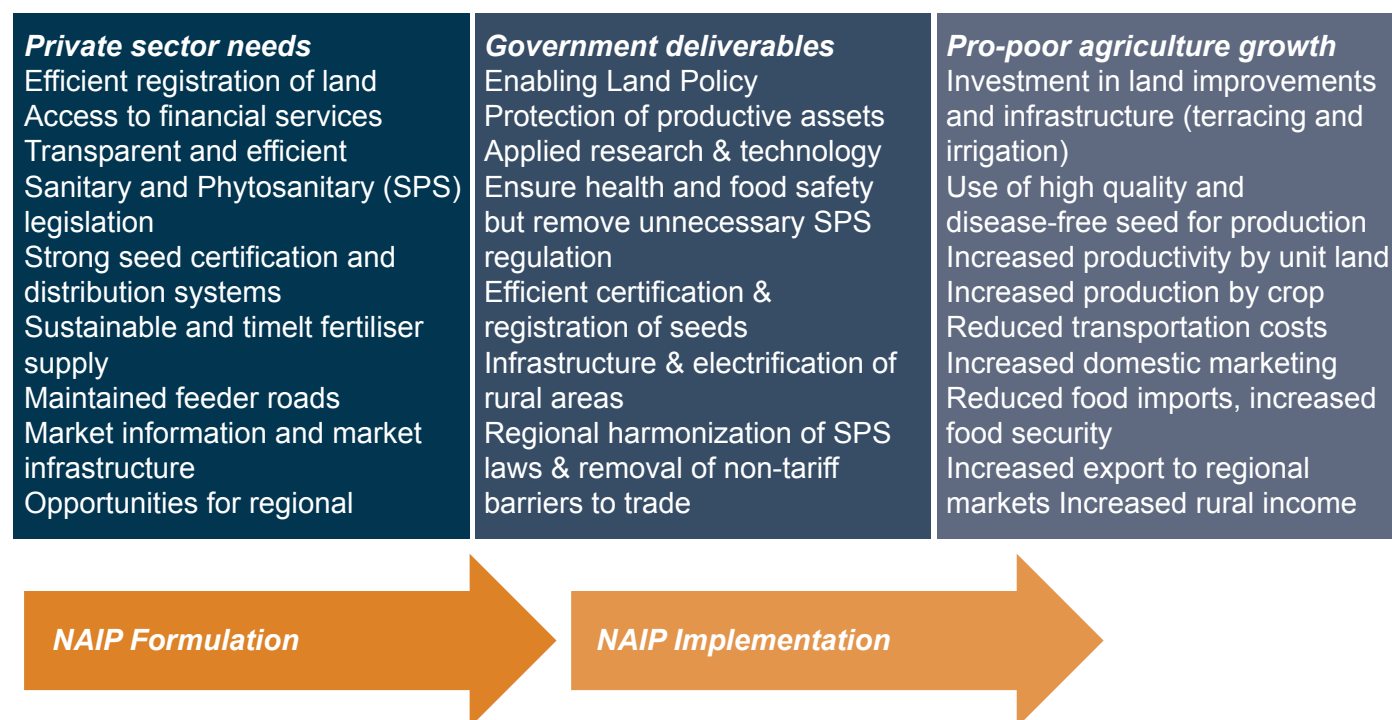
O âmbito do NAIP tende a ser o resultado do processo de planeamento baseado nas necessidades e potencial do sector agrícola. Contudo, é igualmente importante que um NAIP pode actualmente e praticavelmente ser implementado. Na decisão da amplitude do NAIP, vale a pena olhar para:

- Se o NAIP é a única estrutura no sector ou se é uma de várias: Se o NAIP é a única estrutura, o seu âmbito tende a ser mais alargado, mas isso implica maiores desafios de coordenação, especialmente quando a implementação é feita por mais de um Ministério.
- O alcance em que a coordenação é ainda viável: Em países, ou sectores que lutam com problemas de coordenação, é aconselhável basear o âmbito do NAIP não só no que é preciso ser feito, mas também no que viavelmente pode ser coordenado.

Seja qual for o âmbito, é importante assegurar sempre que o NAIP é uma ponte entre a despesa pública (ou investimento público) e o investimento privado. Isso é mais fácil quando as necessidades do sector privado são tomadas como ponto de partida na definição da qualidade dos serviços públicos (figura 3). Isso pode ser feito para todo o sector ou para certas cadeias de valor (ex. cinco cadeias de valor conforme a Declaração de Malabo).

No que diz respeito à implementação dos NAIPs e da Declaração de Malabo, as secções abaixo destacam as determinantes de sucesso essenciais divididas em quatro áreas. A lista de verificação no anexo 5 pode ser usada para exercícios de auto-avaliação, ou como um input numa consultoria de Avaliação do NAIP.

Figura 3: NAIP como uma ponte entre a despesa pública, investimento privado e crescimento da agricultura



4.2 Política & Planeamento

Importância do Plano de Desenvolvimento Nacional

A maioria dos países tem uma arquitectura política que começa com um documento de Visão-20XX que se traduz numa sequência de Planos de Desenvolvimento Nacional a médio prazo (normalmente 5 anos).

Na situação actual, em que para alcançar os objectivos de Malabo depende não só do NAIP, mas também de outros programas relacionados com a agricultura (provavelmente sob ministérios diferentes), a importância do Plano de Desenvolvimento Nacional não pode ser subestimada: Onde esse plano é fraco na agricultura, torna-se quase impossível coordenar eficazmente a actividade no sector e a níveis de implementação. Onde esse plano é forte na agricultura, especialmente quando está alinhado com Malabo, a coordenação no sentido de alcançar os objectivos de Malabo torna-se viável mesmo que dependa de participantes externos ao Ministério de Agricultura e da actividade para além do NAIP. O anexo 7 lista os Planos de Desenvolvimento Nacional e NAIPs para países seleccionados.

Políticas complementares ao nível do sector agrícola

O sector agrícola tem quase sempre uma pletera de políticas, leis e legislação. Algumas são nitidamente demarcadas (Política da Pecuária, Políticas das Pescas), outras abrigam conflitos de interesse, como é frequentemente o caso de políticas relacionadas com a água onde uma Política de Irrigação (normalmente sob o Ministério da Agricultura) promove o uso produtivo de água, o que pode ser contraditório em relação à Política de Conservação da Água (muitas vezes Min. do Ambiente). Isto pode pôr em perigo a

implementação. É importante ter uma visão geral das políticas relevantes e identificar em que medida elas estão alinhadas ou em conflito. O alcance desta visão tem agora de ser aumentado para incluir todas as políticas relevantes para a implementação de Malabo. Lembrar que as políticas não são alteradas durante a noite, por isso os conflitos das políticas essenciais devem ter prioridade e serem abordadas em ordem consecutiva.

Estratégia do Sector Agrícola

A experiência tem demonstrado que a estratégia agrícola alargada-sector pode ser muito útil. O que significa que esta é uma verdadeira estratégia alargada-sector, não uma estratégia para o Ministério da Agricultura, mas uma que está abaixo do Plano de Desenvolvimento Nacional e acima dos programas de implementação. Como uma estratégia alargada-sector deve oferecer orientação a todos os programas relevantes à agricultura independentemente do mandato dos ministérios a que pertencem. Na verdade, uma estratégia como esta, quando alinhada com Malabo, poderia ser a interpretação mais próxima ao nível do país da Declaração de Malabo.

Qualidade e clareza nos objectivos e papéis

Um requisito mínimo de uma política agrícola é ser nítida nos objectivos e papéis: A política inclina-se para a impulsionamento no crescimento do sector privado? Ou é mais sobre a produção controlada do sector público? De certo, do ponto de vista do CAADP e Malabo a política deve ser clara nos dois propósitos de (i) impulsionar o crescimento agrícola no sector privado e (ii) crescimento que é tanto inclusivo quanto equitativo. O delineamento da política dos papéis deve ser inequívoca e confiável a longo prazo: Quando é que o papel do sector público pára e onde começa aquele do sector privado? Nada é mais prejudicial para o crescimento da agricultura como situações onde certas tarefas são entregues primeiro ao sector privado (como distribuição e venda de fertilizante) para mais tarde serem recuperadas pelo governo. Uma política agrícola deve por isso ser não só nítida como também estável, confiável e previsível a longo prazo.

Política inclusiva e processos de planeamento

CAADP promoveu processos inclusivos e participativos para a entrega do Compacto do País e formulação do NAIP. Isto foi bem sucedido e tornou os planos agrícolas melhores e com uma posse mais alargada. Estes processos de planeamento inclusivos devem continuar e serem alargados para incluir também outros representantes importantes na realização dos objectivos da Declaração de Malabo. Contudo, para evitar que tais reuniões de planeamento se tornem muito grandes, o processo pode ser dividido , por exemplo em sub-sectores. Porém é importante que não são só o Ministério da Agricultura mais os representantes não-estatais , mas também incluem outros ministérios responsáveis pelos programas que vão ser implementados em coordenação com os NAIPs e alinhados a Malabo.

Plano e estratégia incremental

Uma Política Agrícola, como uma visão a longo prazo, pode ser ousada e sobre toda a conjuntura. A estratégia tem de ser realista a médio prazo e um plano deve ser viável dentro do seu período de tempo esperado. Isto é onde, até agora, os NAIPs tendem a ter expectativas excedidas, tentando cobrir tudo ao mesmo tempo enquanto superestimam os recursos financeiros a que vão estar comprometidos. O melhor é esboçar uma estratégia realística e gradual, onde as prioridades podem ser abordadas em sequência, em vez de espalhar os recursos disponíveis de uma maneira alargada e insuficiente.

Possibilitando o sector privado orientar o crescimento da agricultura

O ambiente favorável para o investimento pode ser considerado como uma espécie de “interface” entre política & planos e recursos & implementação. Sem as condições e capacidades para investimento, a maioria dos planos vão lutar para alcançar os seus objectivos. A fundação de um ambiente favorável na agricultura é encontrado primeiro nas suas leis e políticas e em segundo lugar na eficiência dos seus

procedimentos administrativos e legislativos. Mas o que é uma boa política de agricultura? Opiniões sobre isto variam largamente. Um conceito ganhando atenção é de que uma política agrícola ou governação é “suficientemente boa” quando consegue garantir um nível de liberdade económica aos agricultores e empresários e quando caracterizada por gastos públicos a favor dos pobres (ex. em infra-estruturas e fornecimento de energia dirigidas também para capacitar os agricultores pobres e áreas remotas).

No que diz respeito às regras e regulamentos, os conceitos básicos de um ambiente favorável são: Graus e padrões nítidos (possibilitando exportação), regulação Sanitária e Fitossanitária que assegura saúde e segurança alimentar mas evita obstáculos reguladores excessivos, simplificando a legislação que governa o investimento, e finalmente, processos eficientes tais como um serviço de balcão único para as licenças necessárias em vez de uma rede de escritórios múltiplos e uma luta com “burocracia” a mais.

Economia política da agricultura

A agricultura é um sector político e cada política agrícola tem vencedores mas também perdedores. As pequenas empresas podem perder para jogadores globais; a privatização da comercialização de fertilizantes significa que o governo perde uma oportunidade de ganho político; a produção doméstica aumentada que substitui as importações vai roubar o Ministério das Finanças do (parte dele) rendimento das taxas de importação.

Na verdade, as políticas voltadas ao crescimento rural equitativo implicam muitas vezes um novo equilíbrio político. Lidando com este facto não pode ser evitado visto que a maioria dos assuntos críticos necessários para o crescimento da agricultura têm um custo político ou uma perda de partes poderosas: Propriedade nítida e segura da terra é um pré-requisito para o investimento privado nos melhoramentos da terra, mas significa uma perda de terra (e poder) para o governo; os subsídios de input agrícola devem ser aplicados com cuidado para não sufocarem o sector privado; SMEs devem ser ouvidos apesar dos negócios grandes terem uma voz mais alta e melhores contactos políticos. É importante estar ciente quais as partes que tendem a ganhar e as que perdem, porque ‘perdedores’ podem tornar-se forças poderosas contra a implementação da política. Questões politicamente sensíveis devem ser nomeadas e os incentivos para e contra a política de implementação devem ser ‘desempacotados’: O que está em jogo? Quem ganha e quem perde com a realização do resultado? Quão poderosos são os vencedores, podem-se tornar campeões para a mudança? Quão poderosos são os perdedores; e podem eles parar a mudança? Um bom conselho em ambientes politicamente sensíveis é escolher as suas batalhas com cuidado, não lutar contra tudo mas concentrar os seus esforços em volta do ponto essencial ‘potência para mudança’.

4.3 Finança & Investimento

MTEF do Sector Agrícola

Muitos países possuem um estrutura de despesa a médio prazo (MTEF) como parte dos seus processos orçamentais. A MTEF é uma ferramenta de planeamento estratégica com um horizonte a médio-prazo (3-5 anos). Isto permite uma previsão financeira dos custos futuros ou receita futura do investimento feito hoje (ou não feito): Estradas construídas com o orçamento deste ano têm de ser mantidas em anos subsequentes. Estradas não construídas podem representar um custo em oportunidades perdidas de comercialização.

Este horizonte a médio prazo é importante porque os investimentos na agricultura podem levar muito tempo a dar frutos: Investimento na infra-estrutura de irrigação no ano-0 pode ver retornos no ano-3. Um retorno no investimento feito na agricultura vai demorar vários anos, mas não fazendo este investimento pode custar muito caro ao país nos próximos anos.

Normalmente, os países têm uma MTEF global, dividida nos chamados Sectores MTEFs. Contudo, o alcance delas difere largamente: Uma MTEF Agrícola pode ser tão apertado como o orçamento do Ministério da Agricultura; ou pode ser tão alargada como o sector e incluir toda a despesa relacionada

com a agricultura, indiferentemente do ministério que o gasta. Os países que têm uma MTEF alargada ao Sector da Agricultura também têm normalmente MTEFs baseados-ministério porque o Ministério como um Detedor do Orçamento é o responsável.

Quando o sector MTEF é baseado em um plano (ex. o NDP) que está alinhado ao Malabo, então a MTEF do Sector Agrícola pode eficientemente ser vista como um envelope de recurso estratégico para colocar em prática as promessas de Malabo.

Ligação entre NAIP e MTEF

O NAIP é financiado pela despesa pública assim como por investimento privado. Os fundos públicos usados na implementação do NAIP devem ser parte e parcela do processo orçamental nacional como no caso de todos os fundos públicos. Isto significa, que todo o financiamento governamental público ao NAIP também deve ser reflectido na MTEF, como parte do processo do Orçamento Anual regular. Vice-versa, a MTEF e a MTEF Agrícola (seja a nível do sector e/ou a nível do ministério) deve reflectir a atribuição ao NAIP. Por outras palavras, deve haver referências nítidas do NAIP na MTEF. Isto pode parecer óbvio para a maioria dos países, mas o CAADP e o Estudo dos Sistemas do País verificou que a ligação entre o NAIP e a MTEF não é determinada, com muito alcance para melhoria.

Despesa pública de alta qualidade

A década CAAPD-Maputo pediu 10% da despesa pública total para ser comprometida no sector agrícola. A ideia era que esses fundos seriam fundos-essenciais no NAIP, a serem complementados por investimento privado (em parte garantido na reunião de Negócios). Contudo, isto requer que a despesa pública seja de uma espécie que actualmente possa atrair o investimento privado. Na verdade, assumiu-se que os 10% seriam de investimento público; contudo, na prática a maioria das despesas públicas para a agricultura continuam a ser na forma de despesa recorrente tais como salários, renda, combustível, electricidade, e telecomunicações; e não sob a forma de despesas de investimento, ex. armazenagem após-colheita, mercado e infra-estrutura de irrigação.

De modo a criar as condições necessárias para o investimento do sector privado, a qualidade da despesa pública é crítica. Um indicador revelador é a relação entre a despesa recorrente e as despesas de investimento. Na atribuição de fundos públicos para a agricultura (muitos países ainda estão abaixo dos 10%) os países devem ter como objectivo aumentar o financiamento mais em volta do investimento.

Liderança pelo Ministério das Finanças

O papel do Ministério das Finanças na implementação do CAADP tem sido sempre fundamental, também porque o Ministério das Finanças pode impulsionar o compromisso do Maputo de 10% dos fundos públicos para a agricultura. Contudo, depois de Malabo, esse papel aumentou ainda mais. Para alcançar os objectivos de Malabo, não só o Ministério da Agricultura deve realizar o seu trabalho, mas também os ministérios como o da Saúde (melhorar a nutrição), Comércio (triplicando o comércio intra-regional), Ambiente (gestão de recursos naturais sustentáveis) e Trabalho/Género (empregos para mulheres e jovens).

A Declaração de Malabo 'domesticada' deve fornecer a estrutura política e legal para todos esses representantes trabalharem e serem responsáveis em relação a ela. O Ministério das Finanças tem então a tarefa de garantir que as actividades sob os ministérios e programas diferentes são financiadas de uma maneira coerente. Isto é onde será prática uma MTEF do Sector Agrícola, mas mesmo na sua ausência, o Ministério das Finanças pode manter uma visão global e prevenir os cortes orçamentais nesse ano (por exemplo delimitando as despesas relacionadas com Malabo nos ministérios diferentes; isto iria envolver a atribuição dessas despesas, excluindo-as dos cortes de orçamento).

Orçamento orientado-resultados

A apresentação do orçamento anual de uma maneira que liga as atribuições aos outputs e resultados foi introduzida em muitos países como uma forma de melhorar a qualidade e eficácia da despesa pública. Muitas vezes esta é uma forma na qual o orçamento anual é apresentado, juntamente com as Previsões Orçamentais que são apresentadas por itens da linha de orçamento ou o Voto do Orçamento apresentado por programas e sub-programas.

Quando o orçamento é apresentado como um orçamento baseado-output ou orientado-resultados, deve ser garantido que o relatório do uso deste orçamento também pode ser baseado nos outputs. Quando as despesas no âmbito de um orçamento baseado-output podem só ser relatadas por item da linha do orçamento, então o ganho não é muito. O orçamento orientado-resultados deve ser acompanhado pela captura orientada-resultados das despesas feitas.

Planeamento sincronizado e estruturas financeiras

O ciclo de planeamento dos planos agrícolas nacionais, tais como o NAIP, tendem a ser entre 4 a 6 anos. Felizmente, esses planos estão ligados ao orçamento anual na medida que em toda a sua duração, o NAIP é usado em cada ano como base para o orçamento agrícola anual.

O ideal seria, se as estruturas financeiras e de planeamento pudessem ser sincronizadas completamente de forma que o NAIP a médio prazo teria a mesma duração que a MTEF, que é também de duração a médio prazo (normalmente 5 anos). Se este fosse o caso, então iria permitir o despacho de um planeamento financeiro compreensivo no ano -0 do plano (NAIP) para toda a sua vigência com tudo capturado na MTEF (Sector). A MTEF desenvolvida no começo do plano agrícola iria se tornar a base da previsão financeira para o seu orçamento. Mesmo que a MTEF, como é provável, contem mais componentes do que o programa (dependendo se é ministerial ou sectorial), uma sincronização apertada das estruturas de financiamento e planeamento levaria a um financiamento público do plano muito mais previsível e confiável.

Responsabilidade do orçamento

Todo o trabalho em obter o correcto orçamento só será útil se os orçamentos tendem a ser gastos de acordo com o plano. Onde a prática existente é a elaboração de um orçamento, para então gastar os fundos de forma completamente diferente, então a confiança no processo do orçamento evapora-se rapidamente e a base para monitoramento e responsabilidade é seriamente corroída.

Existem muitos mecanismos para promover a responsabilidade do orçamento: Ministérios das Finanças podem introduzir transparência apresentando declarações orçamentais nítidas no início do ano financeiro e através de um website acessível (muitos Ministérios das Finanças têm um). O processo orçamental pode criar espaço (em tempo e oportunidade) para o desempenho das funções de fiscalização, tais como o escrutínio do orçamento pelos Comitês Parlamentares Agrícolas (quase todos os países têm um); e participantes no sector agrícola podem garantir que uma Revisão da Despesa Pública da Agricultura (AgPER) é realizada, antes da formulação do programa (NAIP), na implementação do programa a meio-caminho e quando o programa chega ao fim. Estes AgPERS podem também ser usados para informar as MTEFs Agrícolas, especialmente no que diz respeito à necessidade e oportunidades para mobilização de mais capital (investimento) para despesas da agricultura.

4.4 Coordenação & Cooperação

Cooperação Inter-Ministerial

Cooperação entre ministérios foi importante até na década do CAADP-Maputo. Contudo, como Malabo é mais ambicioso com objectivos cujas realizações não estão (completamente) sob o controlo do Ministério da Agricultura, a cooperação inter-ministerial tornou-se ainda mais crucial. O papel do Ministério do Planeamento (ou Comissão de Planeamento Nacional) assim como o do Ministério das Finanças é fundamental a este respeito.

A cooperação inter-ministerial deve ser baseada em uma estratégia no sentido de alcançar os objectivos de Malabo, que normalmente estariam acima do NAIP. O ideal seria um Plano de Desenvolvimento Nacional que integrou (ou alinhou com) os objectivos de Malabo, porque este plano a médio prazo é normalmente usado sob a responsabilidade dos Ministérios do Planeamento e/ou das Finanças.

Por vezes, a estrutura do plano oferece uma fundação para coordenação: Quando um NDP tem componentes sobre Governância, Assistência Social e Crescimento Económico (porque é uma estrutura comum de tais planos) então o componente de Crescimento Económico pode oferecer uma base para coordenação inter-ministerial, especialmente em economias baseadas na agricultura. Por vezes, os ministérios responsáveis por certos componentes estão organizacionalmente ligados em “Grupos” como em Ruanda. Em outros países, como a Tanzânia, diferentes ministérios relevantes-agricultura são organizados nos chamados Ministérios de Liderança do Sector Agrícola (ASLMs). Se nenhuma destas estruturas organizacionais existem, um mecanismo de coordenação Inter-Ministerial do sector-alargado da agricultura tem de ser estabelecido e deve (de preferência) ser presidido pelo Ministério de Planeamento e/ou Finanças.

Divisão nítida dos papéis e responsabilidades

A base de cada mecanismo de coordenação deve ser uma definição e divisão nítida dos papéis e responsabilidades. Isto deve ser clarificado entre ministérios, entre níveis sub-nacionais e nacionais e especialmente entre o sector público e privado. Demasiados sectores agrícolas foram sobrecarregados por muito tempo pelos governos que acreditam que eles devem fazer tudo em todo o lado. Isso tem sufocado o crescimento da agricultura e tem que ser parado para os objectivos de Malabo se tornarem uma realidade.

Coordenação orientada-resultados

Atendendo que o ‘planeamento orientado-resultados’ e ‘orçamento orientado-resultados’ são agora conceitos dominantes, o conceito de ‘coordenação orientada-resultados’ parece não ter arrancado na mesma medida. Muitas vezes a actividade de coordenação ainda sofre de um grau de falta de objectivo. Demasiada coordenação é simplesmente por uma questão de coordenação e tende a ser sobre a disseminação de informação ao invés de acção. Mas a coordenação deve ser sobre abordagem e solução de problemas: Tem que ser um meio para atingir um fim e não um fim por si mesmo. Para cada mecanismo de coordenação e no início de cada reunião de coordenação, a questão “Coordenação para alcançar o quê?” deve ser feita e respondida.

Desenvolvimento da capacidade dos níveis sub-nacionais e representantes não-estatais

Os esforços do desenvolvimento da capacidade (CD) fazem muitas vezes parte dos planos agrícolas nacionais, e eles devem ser (desde que os esforços são também orientados-resultados no sentido de responderem à pergunta “Capacidade para quê?”). Há uma tendência para os fundos do CD serem gastos a nível nacional e nos representantes governamentais. Para a agricultura ser impulsionada por produtores de escala média/pequena e empresários, este grupo tem de estar mais informado, consciente e articulado.

O desenvolvimento de uma estrutura (ou estratégia) de desenvolvimento da capacidade que é verdadeiramente sectorial é aconselhável. Quando o projecto de tal estrutura ou estratégia toma como seu ponto de partida os resultados que devem ser atingidos a nível sectorial, não pode deixar de incluir uma gama alargada de representantes não-estatais, pois esses tendem a ser responsáveis por muitos dos resultados desejados.

Coordenação eficaz dos doadores

A coordenação dirigida ao governo e eficaz é possível, e até mesmo a garantia que os doadores mostrem as suas contribuições nos papéis orçamentais é viável (Ruanda consegue fazer ambos). A experiência mostra que a coordenação eficaz de doadores é necessária. As situações onde os NAIPs não são implementados porque os doadores preferem outras estruturas deve ser evitada. As necessidades dos doadores devem ser tomada seriamente e quaisquer preocupações dos NAIPs existentes devem ser discutida cara-a-cara. Mas muita fragmentação e demasiados planos e programas competindo para recursos (doador) não ajudam a implementação do NAIP.

A Declaração de Malabo requer ainda uma coordenação mais eficaz, e isso é verdadeiro tanto para os parceiros de desenvolvimento como para os representantes domésticos. Os Grupos de Trabalho do Sector Agrícola são um meio para melhorar a coordenação de apoio aos doadores enquanto que as Revisões Conjuntas do Sector são um meio de aumentar a responsabilidade em relação aos planos e orçamentos do sector.

Organização e capacidade do sector privado

Um factor que determina a velocidade e viabilidade do crescimento agrícola é o nível de organização do sector privado e da sua capacidade em influenciar a política, planeamento e processos de implementação. Mais atenção devia ser dada a este aspecto: Promovendo a organização a nível nacional, através do reforço e criação de parcerias com organizações de agricultores regionais e nacionais, criando espaço para plataformas de cadeias de valor a nível regional (REC) e nacional, e aprendendo com outros países.

As Estratégias Agrícolas e NAIPs devem também abordar a necessidade em apoiar a organização e a capacidade dos representantes não-estatais tais como agricultores, empresários e intervenientes da cadeia de valor. Onde isto é apoiado financeiramente, devem ser encontrados canais adequados. Os fundos para apoiarem o sector privado nem sempre são melhor geridos pelo governo, já que existe um perigo inerente de um conflito de interesses: Um sector privado capaz e bem organizado também tende a ser um mais vocal e exigente, e embora seja no interesse do crescimento agrícola a longo prazo, pode nem sempre estar de acordo com as preocupações políticas a curto prazo.

Mantendo o sector privado a bordo dos mecanismos de coordenação

Uma realização largamente reconhecida da primeira década do CAADP é que os representantes não-estatais tornaram-se um parceiro regular do governo nas reuniões de planeamento. Mas conseguir que o sector privado se sente à mesa provou ser mais fácil do que mantê-los lá. Para o sector privado comercial se reunir com o governo deve valer a pena o seu tempo. Isto é mais fácil se a coordenação é feita em torno de questões tangíveis e é sobre como resolver problemas ou executar as coisas (i.e. a coordenação orientada-resultados defendida em cima) ex. em torno de cadeias de valor ou estrangulamentos para o comércio. Plataformas privada-pública regulares podem ser estabelecidas (ou reforçadas) baseadas nas cadeias de valor, de acordo com a Declaração de Malabo que pede parcerias privada-pública em volta de pelo menos cinco cadeias de valor. Estas plataformas pode então constituir uma oportunidade útil para a responsabilidade tanto para o sector privado assim como para o governo.

A nível continental duas iniciativas podem oferecer uma base para uma cooperação construtiva com o sector privado: Primeiro, Nova Aliança para Segurança Alimentar e Nutrição trabalha com os governos

para desenvolver ou rever políticas que facilitem o investimento privado responsável na agricultura em apoio a pequenos proprietários. Esta Nova Aliança é baseada na AUC. Em segundo lugar está Grow Africa como uma plataforma de participantes múltiplos que visa acelerar o investimento do sector privado. A Nova Aliança e Grow Africa cooperam a nível do país com base em Acordos de Cooperação do País (CCAs) entre o governo, sector privado e DPs. Até agora, Grow Africa opera em 12 Países Parceiros do CAADP, a Nova Aliança em 10. Em países cooperantes pode ser avaliado se os CCAs oferecem um ponto de partida para uma coordenação mais eficaz e orientada-resultados com o sector privado.

4.5 Monitoramento & Responsabilidade

Ligando o investimento público ao desempenho do sector

O monitoramento de programas como o NAIP concentra-se muitas vezes em indicadores como a produção, produtividade, rendimento rural e segurança alimentar. Estes indicadores são válidos a nível sectorial pois exprimem algo sobre resultados e impacto. Contudo, a nível do programa, é necessário também ser capaz de ligar inputs a outputs, em outras palavras ligar a actividade pública e fundos públicos a realizações que permitem o desempenho do sector. Estas podem incluir: Maior qualidade dos serviços públicos, segurança da posse da terra para os agricultores, protecção dos direitos de propriedade para mulheres, graus & padrões e procedimentos administrativos eficientes para os investidores.

Os sistemas de monitoramento do desempenho na agricultura arriscam muitas vezes sofrer de uma 'média inexistente', quando um foco em resultados (como o crescimento agrícola) causa os passos intermediários serem negligenciados, tais como a ligação entre investimento público e entrega de serviço público; ou a ligação entre a entrega de serviços públicos e os resultados do sector. Um foco muito forte nos resultados pode levar a acções políticas indesejáveis porque os governos (perseguido as metas dos resultados do sector) podem ser tentados a tomar atalhos insustentáveis; ex. quando os mercados de fertilizantes precisam de tempo para se desenvolverem, a resposta não é para o governo corrigir a distribuição do fertilizante, mas antes construir parcerias privada-pública temporárias com estratégias nítidas de saída para o governo se retirar uma vez que os mercados de fertilizante estejam suficientemente estabelecidos.

As políticas agrícolas com um horizonte de longo prazo precisam de atenção para as metas a meio-caminho para evitar um 'pêndulo político' permanente entre a retirada do governo e o domínio do governo.

Medindo o'ambiente favorável'

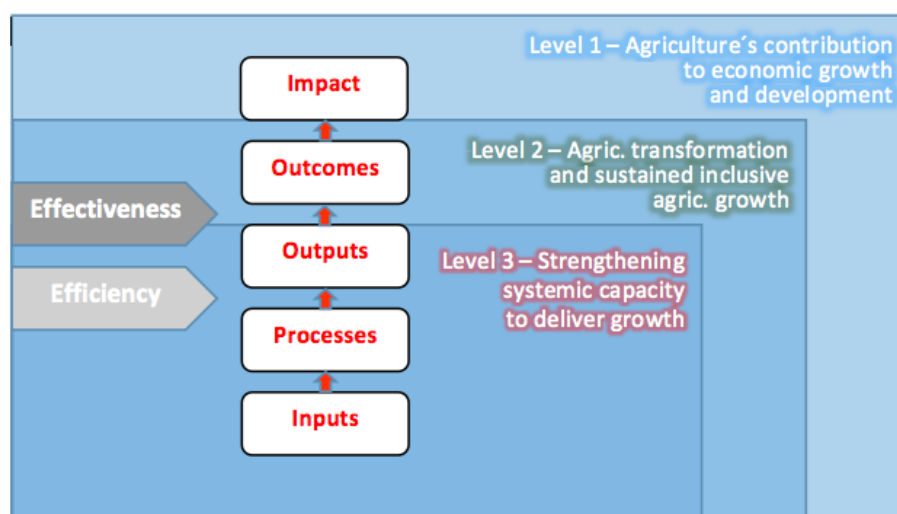
Se o NAIP vai ser o instrumento que estimula o investimento privado, então aqueles responsáveis têm que levar a sério se isso é realmente alcançado e perguntar pelo menos uma das seguintes questões: "Onde são melhor gastos os fundos públicos de forma a atrair os investimentos privados? Qual é a quantidade de investimento privado que uma nota de 100 dólares de dinheiro público atrai?"

Para aumentar os investimentos privados, os planeadores têm de ter uma mente comercial quando gastam os seus fundos públicos. Isto significa que não só deve ser medido o desempenho do sector (ex. produção, produtividade, crescimento) mas também o próprio ambiente favorável. Existem indicadores para o fazer tais como: "São nítidas as leis que regulam os investimentos privados? Podem as pessoas obter e registar os títulos das terras? Estão as associações de agricultores registadas eficazmente? Quantas licenças precisam os negócios agrícolas? Quais as taxas de comércio nos produtos agrícolas? São os padrões de qualidade estabelecidos e enforçados?" O NAIP, como a ferramenta para criar um ambiente favorável, deve integrar toda a informação na força desse ambiente favorável no seu M&E. Deve ser feito uso de uma base de dados internacionais pois essas são neutras e coletam informação sem nenhum custo para o país. O Banco Mundial mede os indicadores "Favorecem o Negócio da Agricultura" (EBA) para um número crescente de países em uma base anual.

Medida dos objetivos a meio-caminho

Apesar da maioria da preocupação ser com o resultado e impacto, reforçada pela ênfase da Declaração de Malabo nos resultados, seria um erro interpretar esta preocupação na medição de apenas os indicadores de resultados e impacto. Os indicadores precisam de ser recolhidos a todos os níveis (input, output, resultados e impacto) mas precisam de ser ligados para o propósito (ver figura 3 em baixo).

Figura 4: Medindo os objectivos a meio-caminho na Estrutura de Resultados do CAADP



A *eficiência* com que inputs (ex. tempo do pessoal e fundos públicos) são transformados em outputs (ex. regulamento nítido e serviços de qualidade) diz muito sobre a 'Capacidade Sistémica da Entrega de Resultados' no Nível 3 da CAADP RF. A informação a este nível ajuda a gestão do dia-a-dia de um programa (tal como o NAIP).

Se o Nível 2 é alcançado depende da eficácia dos outputs na contribuição de resultados no sentido de uma 'Transformação Agrícola e Crescimento Inclusivo Sustentável'. A informação a este nível informa se a estratégia global (ou NAIP) foi alcançada como planeada.

A medida em que a 'Transformação Agrícola' leva ao 'Crescimento Económico e Desenvolvimento Inclusivo', no Nível 1, é medida avaliando se os resultados da estratégia são traduzidos em impacto. A informação a este nível informa a política. Por exemplo, se o número de negócios agrícolas aumentou, então as razões para isso devem ser analisadas: Os negócios agrícolas podem contratar trabalhadores migrantes, ou pagar salários de escravo. Seja qual for a razão, a resposta é necessária a este nível da política.

Estruturas conjuntas de monitoramento

Na selecção de indicadores para M&E tem que se manter em mente algumas regras: Existe uma necessidade de indicadores no programa, ambiente favorável e a nível de sector (ver acima); os indicadores devem ser bem espaçados (de modo que dois indicadores não meçam a mesma coisa); e a medição de indicadores não deve ser muito dispendiosa (variações anuais nos indicadores de segurança alimentar e pobreza são tão pequenas que precisam de populações muito grandes para ainda serem significativamente mensuráveis).

Mais importante de tudo, o número total de indicadores deve ser mantido a um nível razoável. Adoptando estruturas conjuntas de monitoramento e alargadas ao sector (governo e doador), tais como a Estrutura de Avaliação do Desempenho (PAF), pode ajudar a alcançar este objectivo.

PAF consiste normalmente de uma 'pirâmide' (ou quadro lógico) de indicadores, indicadores de output na parte de baixo, indicadores de resultados no meio e indicadores de impacto na parte de cima. Os parceiros de desenvolvimento devem ser encorajados a comprar esta PAF para os seus próprios fins de monitoramento. Só desta maneira, o país e o sector podem garantir continuidade no indicador medido (importante para tendências a longo prazo), pode a capacidade estatística nacional ser realizada ao longo do tempo e podem os recursos (tempo, custo) para M&E regulares de um programa serem mantidos a um nível aceitável.

Actuar nas conclusões de monitoramento

Uma das razões porque os Sistemas nacionais M&E estão em apuros por tanto tempo pela sua capacidade baixa, é porque os incentivos para executarem um trabalho melhor são corroídos pelo facto que não existe quase nenhum acompanhamento: as conclusões do M&E não são tidas em conta no planeamento; desembolsos orçamentais não são melhorados; persevera o 'negócio como habitual'.

M&E só vai melhorar quando aqueles colectando e analisando os dados acreditarem que têm significado. Apenas um foco nítido na entrega, e um desejo verdadeiro em alcançar resultados, irão garantir que os sistemas de monitoramento possam entrar em uma espiral ascendente de ganhar força, por serem necessários e usados. Assim, actuar visivelmente nas conclusões de monitoramento é uma obrigação.

Responsabilidade aos participantes domésticos

O reforço dos processos domésticos de responsabilidade é fundamentalmente importante, porque políticas que são amplamente conhecidas e procuradas, vão ser 'puxadas em acção' pelos participantes exigindo a entrega. Para isso acontecer, são necessárias condições prévias, tais como a liberdade de imprensa e opinião. Mas a criação destas condições está para além do Ministério da Agricultura, até acima do sector.

No entanto, a nível do programa muito tem sido feito: Fazendo com que as promessas do programa aos seus beneficiários serem largamente conhecidas; convidando representantes e porta-vozes a reuniões e garantindo que os Comités Parlamentares Agrícolas são actualizados regularmente e recebem informações sobre o orçamento a tempo de poderem comentar. Isto exige o estabelecimento ou reforço de plataformas de responsabilidade mútua, particularmente as revisões conjuntas do sector agrícola (JSRs) que a AUC e NPCA têm apoiado em 18 países. As JSRs servem como plataformas de participantes múltiplos para revisão e diálogo sobre a implementação do NAIP. Os resultados da revisão irão identificar as lacunas políticas e programáticas que estão a impedir a implementação, e a acção por parte da JSR irá informar o orçamento e programação subsequente para melhorar a eficiência e eficácia do processo.

4.6 Incorporando a Estrutura de Resultados do CAADP

O conselho acima refere-se predominantemente ao Nível 3 da CAADP RF ‘**Reforço da Capacidade Sistémica para Entrega de Resultados**’. A este nível, a CAADP RF distingue seis sub-categorias relacionadas com as quatro áreas de avaliação acima discutidas como mostra a figura 5 abaixo:

| Nível 3 | Reforço da Capacidade Sistémica para a Entrega de Resultados | | | |
|--|--|------------------------|--------------------------|----------------------------------|
| Valor adicional do CAADP às capacidades institucionais, de transformação & sistémicas | Política & Planeamento | Finança & Investimento | Coordenação & Cooperação | Monitoramento & Responsabilidade |
| 3.1 Processos de concepção e implementação de política inclusiva e eficaz | | | | |
| 3.2 Instituições responsáveis e eficazes avaliando a implementação de políticas & planos | | | | |
| 3.3 Capacidade reforçada para evidência baseada no planeamento, implementação & revisão | | | | |
| 3.4 Melhoria de coordenação sectorial múltipla, parcerias e responsabilidade mútua | | | | |
| 3.5 Aumento de investimentos privados e públicos para a agricultura | | | | |
| 3.6 Capacidade aumentada para gerar, analisar e usar dados, conhecimento e inovações | | | | |

4.7 Marco e Entregas

A própria Avaliação do NAIP é um marco ao abrigo deste componente. Esta avaliação do NAIP pode ser feita:

- Na fase de formulação do primeiro NAIP:** A avaliação diz respeito ao sector agrícola e forças e fraquezas nos seus sistemas de planeamento, orçamento, coordenação e monitoramento. Se existirem outros programas agrícolas, ou terem precedido a formulação do NAIP, esses podem ser avaliados e as lições obtidas podem ser incorporadas no novo NAIP.
- Durante a implementação do NAIP:** Especialmente quando o NAIP em curso se debate, uma avaliação intercalar faz sentido. Vai ajudar a obter uma visão do NAIP no contexto do sector conjunto e em relação a outros programas e avaliar em que medida o NAIP está firmemente embebido nos sistemas e processos domésticos.
- Na avaliação final do NAIP** e antes da formulação do próximo NAIP. A avaliação concentra-se então nas conclusões e lições obtidas que são incorporadas no NAIP sucessor.

A avaliação do NAIP pode ser na forma de:

- Uma auto-avaliação** pela qual estas directrizes podem ser usadas para informar o processo. A auto-avaliação deve ser o mais participativa possível, as plataformas para isto podem ser o Grupo de Trabalho do Sector Agrícola ou um Comité Inter-Ministerial Agrícola.

- **Uma avaliação por uma equipa de consultores:** Não confundir com a Revisão Técnica Independente, que era uma ferramenta padrão na era do CAADP-Maputo. Como o nome implica, a Revisão Técnica concentra-se no conteúdo técnico de um NAIP, numa perspectiva financeira e agrícola (ex. concentrando-se nas áreas ou produtos de alto potencial agrícola). O tipo de Avaliação do NAIP aqui referido iria concentrar-se mais no projecto e implementação do NAIP no contexto do seu sector e em relação a outros planos agrícolas .

As entregas sob este componente são facultativas, dependendo no propósito da Avaliação do NAIP e podem incluir o seguinte (a lista não é completa):

Inventário

Este exercício foi introduzido na primeira década do CAADP e foi muito valorizado pelos países: Fez com que o planeamento fosse mais baseado-evidência e no crescimento de cenários gerados em computadores diferentes que informaram grandemente os países projectando as suas estratégias. O inventário e projecções continuam a ser instrumentos úteis durante a formulação do NAIP, possivelmente até mesmo no meio do período de implementação. Especialmente a sua análise de opções de crescimento agrícola pode apontar onde o investimento público faz mais sentido (tem a maior taxa de retorno) e oferece a informação do sector privado em oportunidades para investimento. Especialistas locais serão capazes de usar o Conjunto de Ferramentas de Análise 2.0 do NAIP para executar uma análise semelhante e expandi-la para abordar todos os objectivos temáticos e fundamentais de Malabo.

Plano para investimento privado e negócios agrícolas

Do início, foram feitos esforços pelo CAADP para envolver e incluir o sector privado: O sector privado foi feito um parceiro na Equipa de País do CAADP e um marco importante foi a Reunião de Negócios, na qual foi apresentado ao sector privado o NAIP final e foi incentivado garantir o seu investimento. Contudo, os NAIPs da era do Maputo geralmente falharam na sua intenção de projectar um plano em como incentivar o investimento privado, com a consequência de que este manteve-se bem abaixo da expectativa em muitos países.

Os NAIPs da era-Malabo devem melhorar este registo. Desta vez, é aconselhável não esperar pelas contribuições do sector privado até depois da finalização do planeamento do NAIP, mas em vez disso envolver-se com eles antes da finalização do NAIP, para garantir que o NAIP aborda com mais eficácia engarrafamentos ao investimento e crescimento. Isto exige diálogos regulares e construtivos com o sector privado antes do NAIP ser promulgado de modo que as necessidades do sector privado são completamente tomadas em conta no programa. Diálogos Regulares Público-Privado devem ser integrados para assegurar uma plataforma onde agricultores, negociantes agrícolas e industriais agrícolas se reúnem com os tomadores de decisão e política para informar o planeamento agrícola. Tais reuniões podem ser na forma de reuniões de cadeia-valor ou comodidades, Plataformas de Facilidade de Investimento ou qualquer outra plataforma orientada ao sector privado para dar acesso ao financiamento agrícola. Reuniões com organizações-cúpula como as Organizações de Agricultores Regionais, Câmaras de Comércio da Agricultura, são também valiosas e devem ser realizadas mais vezes.

Resultados do exercício do inventário (descrito acima) podem ser apresentados nesses diálogos público-privado. Ideias e informação desses diálogos podem levar à formulação de um plano para estimular o negócio-agrícola e o investimento privado na agricultura. Este plano deve assegurar que os NAIPs já não são simplesmente sobre 'negócio como habitual' e tornam-se mais sobre 'Como podem os investimentos privados na agricultura serem estimulados e mantidos?' e 'Como podem as forças do mercado serem mobilizadas por meio de investimento público de alta qualidade?'

Avaliação do NAIP / Formulação do NAIP

A entrega para os países com um NAIP em curso é o Relatório de Avaliação do NAIP, enquanto os países que formulam um novo (ou sucessor) NAIP iriam entregar uma versão final do NAIP.

A Avaliação sistemática do NAIP analisa o NAIP em curso em relação a quatro áreas de avaliação: Política & Planeamento, Finança & Investimento, Coordenação & Cooperação e Monitoramento & Responsabilidade. As entregas incluem os documentos do relatório e presença tais como um levantamento do participante ou matriz de resultados. A avaliação é baseada em fontes secundárias (políticas, documentos de programas, relatórios de avaliação, orçamentos anuais e MTEFs) assim como em fontes primárias sob a forma de entrevistas com ministérios e agências das Finanças, Agricultura e relacionados com agricultura, representantes não-estatais (agricultores, organizações de agricultores, empresários, associações de comodidades, grupos de mulheres e jovens), membros do parlamento, academia e líderes tradicionais. O Relatório de Avaliação do NAIP deve apresentar uma visão geral dos constrangimentos e oportunidades traduzidas em recomendações e propostas para um caminho a seguir.

Os países que formulam um novo NAIP devem garantir que este esteja firmemente embebido nos sistemas nacionais de planeamento e orçamento e que o processo de formulação deve abordar áreas de coordenação semelhantes (incluindo a de desenvolvimento dos parceiros), M&E e responsabilidade. Por outras palavras, a formulação deverá ter em conta as mesmas questões que foram abordadas durante a avaliação (ver também anexo 5).

Revisão Técnica Independente

A Revisão Técnica Independente provou ser útil na primeira era do CAADP como uma avaliação da qualidade do projecto do NAIP, com o NAIP final um produto de integração das recomendações da revisão. O carácter externo e independente desta revisão foi apreciado e vai continuar a ser usado como um instrumento de apoio. O alcance da Revisão Técnica Independente na era-Malabo vai mudar um pouco: Mais atenção vai ser dada à ligação entre despesa pública e investimento privado e ao rastreamento do fluxo de investimento privado como um resultado dos bens públicos e a criação de um ambiente favorável.

Diálogo dos participantes e agenda de implementação conjunta

O output de uma Avaliação do NAIP pode ser o input para um diálogo com os participantes. Esse diálogo pode ser iniciado a partir do zero, mas a experiência mostra que quando os participantes são apresentados com uma análise, este diálogo torna-se produtivo muito mais rapidamente. Especialmente em países com um NAIP em curso com problemas, é útil para os participantes darem um passo atrás, olharem para o cenário inteiro, e identificarem os obstáculos principais. O diálogo do participante deve ser capaz de fornecer uma agenda concordada comum para a implementação que é baseada num consenso de parceiros agrícolas em volta de áreas prioritárias e próximos passos.

NAIP Final (ou melhorado):

Os países que formularam um (projecto) NAIP que foi sujeito a uma Revisão Técnica Independente, irão integrar os resultados da revisão e fornecer um NAIP final como a última entrega sobre este componente. Os países que tinham um NAIP que foi avaliado, serão capazes de melhorar as suas implementações depois do diálogo dos participantes e da agenda de implementação comum.

5 Implementação do NAIP

| Marco | Atingidos os objectivos do NAIP |
|----------|---|
| Entregas | Plano de Gastos do NAIP está embebido no orçamento nacional: Isto garante que a despesa pública na agricultura está alinhada e guiada pelo NAIP. Gastos através do NAIP devem ser sujeitos a revisões do orçamento tais como a Auditoria Anual, Revisões de Despesa Pública da Agricultura (AgPER) e Revisões da Despesa Pública e Responsabilidade Financeira (PEFA). |
| | O sector privado investe na agricultura: Um indicador excelente do sucesso da implementação do NAIP é o nível de investimento privado na agricultura. As tendências do investimento privado devem ser monitoradas, a nível nacional, em comparação com a média regional e onde existe uma possível desagregação por cadeias de valor importantes. |
| | Actividades do NAIP implementadas de acordo com o plano, devem ser monitoradas por revisões regulares do progresso tais como a Revisão Intercalar do Programa, Revisão Conjunta do Sector, e Avaliações de Desempenho do Sector. Estas revisões devem também incluir uma medida do ambiente favorável para executar negócios agrícolas. |
| | Responsabilidade mútua é mantida em todo o sistema : Entre os tomadores de decisão e implementadores, entre aqueles atribuindo e aqueles gastando os fundos, entre os participantes privados e públicos, entre os níveis de base e nacionais e entre aqueles fornecendo e aqueles utilizando os serviços (produtores, negociantes agrícolas). |
| | Planeamento anual é informado pela implementação: Uma cultura de aprendizagem deve ser consolidada, pela qual cada ciclo de implementação (ex. Plano anual de trabalho) aprende das experiências da anterior. Isto irá melhorar gradualmente o sucesso da implementação e assegurar que os objectivos do NAIP são alcançados. |

Mesmo planeado cuidadosamente e projectado meticulosamente os NAIPs encontram problemas na sua implementação. Nenhum NAIP é perfeito e mesmo que o plano por si seja perfeito, factores no seu ambiente podem causar o seu deslize: A experiência tem mostrado que isto é um facto. Por isso, não há motivo para vergonha e culpa por parte dos NAIPs desempenharem abaixo das expectativas, porque este é o destino da maioria dos programas. No entanto, alguns países têm tido mais sucesso que outros em encontrar soluções para os problemas.

Embora deva ser lembrado que a solução que trabalha num país, pode não trabalhar no próximo, este capítulo apresenta os problemas comuns em cada uma das quatro áreas de avaliação e 'melhores práticas' encontradas em países que ultrapassaram tais obstáculos. Espera-se que estes exemplos forneçam encorajamento, até inspiração, para aqueles a quem foi confiado a tarefa desafiadora da implementação de um NAIP. O capítulo termina com a discussão sobre o marco e as entregas listadas acima.

5.1 Política & Planeamento

| Problema comum | Melhor prática |
|--|---|
| O sector agrícola sofre de demasiadas políticas e planos, enquanto que o verdadeiro problema é a implementação | Traçar nitidamente o papel das estruturas diferentes ('levantamento da política') ao longo de uma escala móvel com a hierarquia política ao longo do eixo-Y (da política à estratégia, plano, programa sectorial, programa sub-sectorial e finalmente projecto) e o propósito do programa ao longo do eixo-X (a partir de um foco no mandato público apoiando um papel privado). Identificar então quais as estruturas que se sobrepõem e podem ser ligadas; 'Desembrulhar' as razões para uma implementação pobre: plano irrelevante, recursos limitados, falta de vontade política, capacidade pobre, fraqueza do M&E, baixa responsabilidade etc. e identificar um caminho a seguir para cada uma dessas causas. |
| O Plano de Desenvolvimento Nacional (multi-sectorial) não é suficiente nítido no que respeita a agricultura; não oferece uma base adequada para o NAIP e outros programas relevantes à agricultura | <p>Completar um Perfil do País realçando quais as estruturas existentes que contribuíram para quais metas de Malabo.</p> <p>Usar isso como a base para um Quadro de Referência da Implementação do MD (capítulo 3) como uma estrutura guia 'interim' até ao fim do ciclo actual do NDP.</p> <p>Melhorar a formulação do próximo ciclo do programa do NDP baseado no exercício do Perfil do País mostrado acima.</p> |
| Coordenação sob o NDP entre o NAIP e outros programas relevantes é um problema | <p>Fortalecer o papel do Ministério do Planeamento e/ou Finanças em mecanismos de coordenação do sector agrícola (faça eles ocuparem a presidência se possível, com o Ministério da Agricultura como o secretariado).</p> <p>Sincronizar os prazos do NDP e de todos os programas do sector que derivam dele (i.e. cada programa do sector tem o mesmo prazo do NDP) e garantir que o NDP e programas do sector são também sincronizados com o prazo das estruturas de orçamento (anual, MTEF);</p> <p>Formular (or usar, se existente) uma Política Agrícola ou Estratégia Agrícola como um mecanismo de coordenação.</p> |
| O salto do NDP para o NAIP é longo; isto é especialmente verdadeiro quando o NDP tem objectivos de níveis superiores (como é na maioria) enquanto o âmbito do NAIP é bastante limitado, ex. não vai muito além do mandato do Ministério da Agricultura | <p>Usar a Estratégia Agrícola (existente ou formulada recentemente) como uma 'estação de ancoragem' para o NAIP, assim como para outras estruturas relacionadas com a agricultura - verificar qual o papel (cobertura) do NAIP e de outras estruturas que olham cara-a-cara esta Estratégia Agrícola;</p> <p>Identificar e explorar sinergias entre diferentes estruturas do programa abrangidos por esta estratégia (dentro do sector ou sector mais outros sectores relevantes);</p> <p>Avaliar a necessidade actual para coordenação e comparar essa com a viabilidade realística de tal coordenação (baseada na experiência);</p> <p>Com base no exposto, considerar qual o cenário melhor para a próxima fase do NAIP (i) um âmbito mais amplo do NAIP para o aproximar da secção do NDP sobre agricultura; ou (ii) uma melhor cooperação entre o NAIP e outras estruturas para uma cobertura mais completa da secção do NDP sobre agricultura</p> |
| É uma boa política e um bom plano, mas a vontade política para o implementar não está lá | <p>Muita evidência (também de outros países) deve ser compilada para informar e apoiar o curso de acção necessário. Aliados devem ser encontrados e alianças construídas em volta da questão em jogo (por vezes o condutor principal pode estar fora do Min. da Agricultura ou até fora do governo). Estas alianças devem angariar, advogar, coordenar e cooperar e devem usar qualquer níveis de defesa altos (político, visível) para poderem mobilizar, tanto os governos (ex. gabinete do primeiro ministro) bem como o exterior (ex. grupos de vigilância, grupos de reflexão, imprensa, mídia, redes sociais);</p> <p>Deve ser formado um plano de acção, que inclui a resolução do problema em si, mas que também presta atenção contínua em fazer alianças mais fortes mantendo-os informados do sucesso alcançado, mobilizando assim energia em volta de questões críticas.</p> |

5.2 Finança & Investimento

| Problema comum | Melhor prática |
|--|--|
| Sistemas de Gestão Financeira Pública (PFM) são fracos | Organizar uma avaliação com indicadores da Despesa Pública e Responsabilidade Financeira (PEFA) e certificar-se que as conclusões se traduzem num plano para reforço da PFM; Certificar-se que o Ministério das Finanças está a bordo no processo desde o princípio, mas o condutor pode ainda vir de um nível mais elevado (Comissão do Serviço Público, Gabinete do Primeiro Ministro); Utilizar os angariadores dos doadores, especialmente os doadores de Apoio ao Orçamento. |
| NAIPs não recebem recursos suficientes e oportunos; a execução do orçamento (orçamento gasto conforme o plano) é baixo e imprevisível | Organizar uma Revisão da Despesa Pública Agrícola (AgPER) para identificar fraquezas específicas. Disseminar amplamente as conclusões da AgPER e garantir que as recomendações são seguidas; Fortalecer os mecanismos de responsabilidade tais como o Comité Parlamentar Agrícola e organizações de vigilância; Desenvolver a capacidade e disseminação da informação especialmente entre representantes não-estatais para lhes permitir responsabilizar o governo pela execução do orçamento; contratar consultores para uma 'análise-flash' do Orçamento Agrícola logo que é liberado; disseminar largamente a informação, especialmente a grupos angariadores e de advocacia. |
| O NAIP não é ligado à MTEF | Nos países onde o NAIP é o único programa público nacional de agricultura, todo o orçamento do NAIP deve ser reflectido na MTEF No caso de existirem mais programas nacionais agrícolas (ex. uma SWAP que pode ser anterior ao NAIP) garantir que pelo menos a maioria do componente de investimento do orçamento agrícola público (ou MTEF Agrícola) é canalizado através do NAIP como o plano de investimento principal; O componente recorrente do orçamento agrícola público pode ser dividido entre programas dependendo do âmbito e propósito desses programas. |
| É difícil seguir os recursos do orçamento para o programa; e dentro do programa das actividades para os resultados | Assegurar a sincronização dos planos e orçamento nos termos de (i) prazo e (ii) codificação do orçamento: Isto significa que os planos devem ter o mesmo ciclo e duração dos orçamentos (especialmente a MTEF); e os códigos usados para programas e sub-programas devem ser os mesmos para o orçamento e o plano (i.e. um sub-programa particular tem o mesmo nome e código, na MTEF, no orçamento anual assim como no plano). |
| O financiamento do Governo ao NAIP é altamente assimétrico em direcção a um número limitado de sub-programas (ex. subsídio de fertilizantes) | Assegurar que o financiamento do Parceiro de Desenvolvimento balanceia com o financiamento assimétrico do governo dirigindo fundos DP a sub-programas que são insuficientemente cobertos pelo governo. Isto requer que o governo mostre uma liderança forte e que é capaz de coordenar os doadores, e/ou que os doadores estão unidos atrás do mesmo plano de propriedade do governo; Quando os fundos DP determinam a agenda, a coordenação do doador é essencial; Trabalhar no sentido de uma priorização dentro do NAIP como a base para uma estratégia incremental para balancear a atenção aos diferentes sub-componentes do NAIP ao longo do tempo (em vez de todos ao mesmo tempo). |
| A Comissão Parlamentar Agrícola não pode executar o seu trabalho de supervisão | Melhorar a disseminação oportuna da informação do orçamento; Capacitar o Comité Parlamentar Agrícola para garantir que os seus membros possam interpretar o orçamento e compreender as suas implicações. |

5.3 Coordenação & Cooperação

| Problema comum | Melhor prática |
|--|--|
| O Ministério da Agricultura é incapaz de coordenar outros ministérios relevantes para a agricultura | Reforçar o papel do Ministério do Planeamento e/ou Finanças nos mecanismos de coordenação do sector agrícola (se possível faça eles ocuparem a presidência, com o Ministério da Agricultura como o secretariado) A verdadeira coordenação é baseada numa compreensão real da necessidade dela entre os representantes relevantes ; Para promover esta compreensão ajuda não só demonstrar os benefícios da coordenação, mas também os custos de o não fazer. O que iria o sector, o país, e a população perder em termos de dinheiro e realizações, se os ministérios falhassem a coordenação? |
| Coordenação é geralmente fraca | É importante não assumir de antemão que a coordenação não ocorre; Na 'intervenção da coordenação' é fundamental fazer um diagnóstico exacto do desempenho da coordenação e em seguida concentrar-se nas áreas onde existem problemas sistemáticos ou que ameaçam tornar o sector 'disfuncional'; Dependendo da natureza dos constrangimentos de coordenação, um conjunto de medidas de advocacia pode ser reunida, estas podem incluir: Preparando o caso para uma melhor coordenação; fornecendo exemplos de boa prática (em outros sectores/contextos, ou do passado); facilitando o auto-diagnóstico e estratégia para melhoramento; e ganhando o apoio e compromisso de líderes ex. integrando a coordenação em contratos de desempenho de oficiais superiores. |
| NAIPs depende dos fundos do DP , mas os DPs não seguem uma agenda comum (propriedade do país) | Fazer um melhor uso das ferramentas de coordenação e harmonização. Essas podem incluir: Política de Ajuda, Memorando de Compreensão (MoU), Código de Comportamento (CoC), Estratégia de Assistência Conjunta (JAS) ou Estruturas de Avaliação do Desempenho conjuntas (PAF) Onde essas ferramentas não existam, avaliar quais são as necessárias e projectá-las ; usar exemplos de outros países como base. |
| O financiamento do DP não está 'no orçamento' - a maior parte não é capturados nos documentos do orçamento e a responsabilidade doméstica é comprometida | Criar consciência de que 'no-orçamento' não significa necessariamente por meio do Sistema de Gestão Financeira Pública do governo, mas apenas significa 'reflectido nos documentos do orçamento'; Chame-o em vez disso 'no-plano' ; Forçar os doadores a serem transparentes sobre os seus apoios (usar MoU, CoC); Garantir que os dados disponíveis do DP são reflectidos nos documentos do orçamento, utilizar também os instrumentos DP do país tais como as Plataformas de Ajuda baseadas na web; O Ministério da Agricultura pode ajudar o Ministério das Finanças na compilação de dados das contribuições dos doadores ao Sector Agrícola. |
| O financiamento do doador ao sector e programa está abaixo do que foi prometido, chega atrasado ou não é de confiança | Projectar Estruturas de Avaliação de Desempenho-Doador (D-PAF) com indicadores de responsabilidade mútua concordados entre o Governo e os Parceiros de Desenvolvimento (ex. frequência e timing das missões de doadores; proporção e pontualidade dos desembolsos em relação aos compromissos ; transparência de desembolsos). |
| Este sector privado não está interessado em participar nos mecanismos de coordenação | Organizar o sector privado em volta de tarefas específicas ou cadeias de valor (não de gestão de um programa geral) e assegurar que as suas sugestões são seguidas por acção e resultam na solução de problemas. |

5.4 Monitoramento & Responsabilidade

| Common Problem | Best practice |
|---|---|
| Demasiados indicadores | Limitar o número de indicadores, assim como os indicadores de espaço (não medir a mesma coisa com indicadores diferentes); Usar indicadores de substituição que estão a ser recolhidos regularmente, até por outros ministérios ou em outros sectores, ex. um indicador tal como 'peso ao nascimento' é coletado rotineiramente pelos Centros de Saúde Rural e é um bom indicador de substituição para o estado de segurança alimentar das mulheres rurais |
| Um volume muito alto de indicadores torna difícil monitorar as tendências a longo prazo | Introduzir uma Estrutura de Avaliação do Desempenho DP-Governo conjunta (PAF) para o sector como um todo; Assegurar que os DPs tenham aderido à FAP comum (estipular este pedido no Memorando da Compreensão e Código de Comportamento). |
| Conclusões do M&E não são seguidas | Certificar-se que as conclusões do M&E são amplamente disseminadas; apoiar a sensibilização do que elas significam; convidar a mídia e sociedade civil (incluindo academia) às reuniões onde as revisões e avaliações são apresentadas; Apoiar a emergência de 'Aprendizagem de Cultura' no governo; Calcular o custo para o país e sector do não seguimento do M&E. |

5.5 Marco e Entregas

Objectivos do NAIP são alcançados é o marco que encerra o componente de implementação do NAIP. As entregas ao abrigo deste componente trabalham todas em conjunto para garantir que a implementação tem uma chance maior de sucesso. Elas incluem:

Um Plano de Gastos do NAIP que está incorporado no orçamento nacional

Talvez a razão mais comum para o NAIP deslizar e falhar é o facto do programa não ser suficientemente financiado. Onde os NAIPs dependem em grande medida de fundos de doadores, as suas implementações estão em risco: Os fundos dos doadores podem não ser iminentes, ou podem estar "marcados" para irem só para actividades específicas, ameaçando assim a cobertura compreensiva do NAIP como um todo. A primeira fonte de fundos ou um NAIP é o orçamento doméstico nacional. Além disso, o NAIP deve ser a estrutura principal que orienta a despesa pública na agricultura.

Os gastos via NAIP devem ser sujeitos aos rigores do monitoramento e informados em toda a despesa pública. Infelizmente, as revisões orçamentais tendem a ser menos frequentemente executadas do que deveriam ser; as suas conclusões são muitas vezes só conhecidas por um círculo pequeno e o seguimento deixa muitas vezes a desejar. Especialmente as Revisões de Despesa Pública na Agricultura podem ser úteis; elas também podem ajudar o Ministério da Agricultura em manter a responsabilidade do Ministério das Finanças. Estas revisões devem ser realizadas por uma questão de prática durante a execução do orçamento NAIP/Sector Agrícola e elas também devem verificar o progresso na angariação e mobilização de recursos para investimentos específicos relacionados-NAIP para aumentar a qualidade do clima de negócios.

Investimento do sector privado na agricultura

Parece que os Ministérios de Agricultura não coletam informação suficiente sobre o volume e tendências do investimento privado na agricultura. Ou porque esta é mais uma tarefa do Ministério do Comércio, porque eles não a fizeram no passado, ou porque eles ainda não desenvolveram a necessidade para tal informação. Devem ser desenvolvidos mecanismos a nível do país para coletarem esta informação e usá-la nos processos de planeamento (NAIP). A informação deve também ser proveniente dos bancos centrais sobre o nível de financiamento agrícola enquanto que as Associações Bancárias regionais e domésticas podem fornecer informação sobre crédito no sector agrícola. Uma comparação das tendências de investimento privado com dados regionais pode apontar uma margem para melhoramento (tendências do país abaixo da média regional) ou pode confirmar uma estratégia como tendo sido bem sucedida (tendências do país acima da média regional). As tendências de investimento para diferentes comodidades podem estar ligadas atrás com o Relatório do Inventário e ligadas futuramente ao plano para estimular os negócios agrícolas e investimento privado (sobre a Formulação do NAIP e Componente de Avaliação).

As actividades do NAIP são implementadas de acordo com o plano e a tempo

Quando o financiamento (despesa pública e investimento privado) é assegurado (ver acima), aumenta então a probabilidade das actividades do NAIP serem implementadas como planeadas. A implementação oportuna é essencial por causa do ciclo agrícola sazonal.

As revisões do progresso do programa devem fazer parte integrante do processo de implementação. É importante garantir a qualidade destas revisões e a disseminação generalizada das suas revisões especialmente abaixo do nível nacional e para além do governo. Na medida do possível certificar-se que os parceiros de desenvolvimento realizam reuniões conjuntas com o governo, e se precisarem de reuniões separadas, que o número seja limitado a apenas uma por sector ou programa. Isto é para evitar que o tempo do pessoal do governo e a capacidade dos serviços de estatística serem permanentemente assaltados pela necessidade de informação por parte de missões de doadores. As revisões conjuntas podem incluir Revisões intercalares do Programa, Revisões Conjuntas do Sector e Avaliações de Desempenho do Sector. As Revisões devem também monitorar o progresso na criação de um ambiente favorável ao negócio agrícola.

Responsabilidade mútua é mantida

Os sistemas de implementação são reforçados pela responsabilidade. Esta pode ser dentro do sector privado, com tomadores de decisão sendo responsáveis pelos implementadores e vice-versa. Deve realizar-se entre aqueles que são responsáveis pelo financiamento e aqueles responsáveis por executarem actividades no âmbito de um NAIP. Devem ser feitos esforços particulares para a captura do ponto de vista dos beneficiários sobre o NAIP numa base regular. Isso não precisa de ser feito na forma de questionários (muito dispendioso), mas pode ser feito através de reuniões públicas onde o governo apresenta os seus planos e realizações para discussão pública, através de programas de rádio participativos onde os participantes podem dar as suas opiniões ou na forma de 'quadro de resultados'. Qualquer que seja o meio escolhido, o governo deve manter 'vigilância' para o seu sucesso. Os relatórios da mídia e imprensa sobre a agricultura e programas agrícolas são meios importantes para reforçar ainda mais a responsabilidade mútua.

Planeamento anual é informado pela implementação

Os NAIPs são de duração a médio prazo, normalmente de quatro a seis anos. Mesmo quando cada esforço foi feito para usar a melhor estratégia possível, é apenas durante a implementação que isso se pode provar. O planeamento anual pode e deve absorver as lições da implementação. Os países que mais progresso fizeram em relação aos seus objectivos agrícolas são países que rotineiramente aprenderam com a experiência. Este tipo de 'cultura de aprendizagem' está muitas vezes ausente, seja porque as forças políticas preferem um status quo, ou simplesmente porque 'negócio como habitual' é mais fácil. Os participantes do NAIP devem unir forças para garantir que as experiências não são feitas para nada e que as lições não são perdidas. Isso requer muitas vezes uma transparência da informação do lado do sector público, e de parceiros fortes em advocacia e angariação do lado do participante não-estatal.

6 Responsabilidade mútua sob a Declaração de Malabo

| Marco | <i>Relatório do país na Revisão Bienal</i> |
|----------|---|
| Entregas | Mecanismo M&E do país de Malabo: Contem os indicadores principais em relação às sete Áreas de Desempenho a serem medidas e compiladas a nível do país |
| | Monitoramento oportuno do progresso em direcção aos objectivos de Malabo: Uma entrega oportuna do relatório do progresso do país à Comunidade Económica Regional responsável |

6.1 Revisão Bienal

Como discutido anteriormente, os Chefes de Estado comprometeram-se a prestar contas cada dois anos, do desempenho dos seus países cara-a-cara com os objectivos da Declaração de Malabo. Para apoiar esta promessa, também concordaram em promover a cooperação entre esforços sectoriais múltiplos e plataformas multi-institucionais para revisão por pares, aprendizagem e responsabilidade; e concordaram em reforçar as capacidades nacionais para o conhecimento e gestão de dados para apoiar o planeamento baseado-evidência, implementação e M&E.

Um mecanismo de informação em todo o continente para fornecimento de informação de qualidade e oportuna foi pedido na forma de um processo de Revisão Bienal. O resultado da Revisão Bienal será integrado em várias plataformas do CAADP tais como a Plataforma de Parceria (CAADP-PP), o Retiro dos Secretários Permanentes do CAADP (Retiro PS), e a Conferência Conjunta da AU dos Ministros da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Pescas e Aquacultura, para informar as decisões estratégicas tomadas nessas plataformas no que diz respeito às áreas temáticas da Declaração de Malabo. No entanto, principalmente, a Revisão Bienal deve reforçar os países nas suas capacidades e suas determinações em alcançar os objectivos, também porque a comparação entre os pares vai oferecer informação útil numa perspectiva regional e continental e vai destacar as possibilidades de melhoramento a nível do país.

Informação detalhada sobre a Revisão Bienal é apresentada numa nota de orientação separada do CAADP. As secções abaixo utilizam essa nota e resumem as implicações a nível do país.

6.2 Áreas de Desempenho

A Declaração de Malabo tem sete áreas largas de compromisso e assim também a Revisão Bienal está dividida nessas sete áreas. Elas são:

- **Área de Desempenho 1:** Compromisso no processo CAADP
- **Área de Desempenho 2:** Finança de Investimento na Agricultura
- **Área de Desempenho 3:** Acabando com a Fome
- **Área de Desempenho 4:** Erradicando Pobreza através da Agricultura
- **Área de Desempenho 5:** Comércio Intra-Africano em Commodidades Agrícolas
- **Área de Desempenho 6:** Resiliência à Variabilidade Climática
- **Área de Desempenho 7:** Responsabilidade Mútua para Acções e Resultados

Os sub-temas nessas áreas estão estreitamente ligados aos compromissos da Declaração de Malabo. Os indicadores medindo o progresso por sub-tema e área de desempenho estão listados nas Directrizes Estratégicas de AUC/NPCA no Relatório Bienal.

Em termos de recolha de dados para 'alimentar' esses indicadores e esta necessidade de informação, em uma base de país-a-país:

Identificar os planos e programas que se empenham no sentido dos Compromissos de Malabo

Estes vão incluir, mas não limitados aos NAIPs: Burundi tem um plano nacional separado que lida com segurança alimentar ao lado do seu NAIP; Malawi tem um Programa de Exportação Nacional separado, que lida também com o comércio agrícola e exportações e que está sobre o Ministério do Comércio; Tanzânia tem um Programa de Desenvolvimento do Sector Agrícola (além dos seus NAIPs) que lida com pequenos agricultores; e em cada país o Ministério do Comércio (& Indústria) é em grande parte responsável pelo cumprimento do compromisso Malabo em triplicar o comércio intra-Africano.

No que diz respeito aos compromissos específicos da Declaração de Malabo, identificar os dados relevantes já recolhidos

Para cada uma das sete áreas de desempenho e dos seus sub-temas, é provável que os países já recolheram informação como parte dos seus programas relevantes M&E em curso ou simplesmente como parte das suas pesquisas estatísticas regulares e colheita de dados (ex. pesquisas domiciliárias). Uma avaliação deve ser feita com os dados já recolhidos rotineiramente que podem ser 'alimentados em' um processo de Infomação Bienal-

Também é útil verificar quais são os ciclos dos programas relevantes e actuais e verificar como podem ser utilizados na Revisão Bienal. Se possível, os ciclos M&E existentes podem ser alinhados também em função do tempo, i.e. produzirem resultados a tempo para eles serem processados para uso na Revisão Bienal.

Identificar 'lacunas de informação' no que diz respeito aos compromissos da Declaração de Malabo

Os países podem identificar em que compromissos de Malabo eles coletam informação insuficiente, sob os seus complementos actuais de programas de desenvolvimento. Aqui, o país pode precisar de apoio para preencher a lacuna no sentido de garantir um conjunto de dados completos para a Revisão Bienal.

6.3 Impacto da Revisão Bienal no Processo do CAADP

A Revisão Bienal vai mudar e até certo ponto consolidar o processo do CAADP. Haverá uma responsabilidade adicional a todos os níveis, enquanto que os eventos do CAADP a nível continental vão ser alinhados à Revisão Bienal, tanto em termos de tempo como de propósito (isso inclui a Plataforma de Parceria do CAADP, o Retiro do Secretário Permanente e a Conferência dos Ministros da Agricultura). O anexo 8 apresenta uma cronologia detalhada do processo da Revisão Bienal.

As responsabilidades do país de acordo com as Directrizes do CAADP na Revisão Bienal incluem:

1. Realização de consultas no país para tornar disponível todos os dados requeridos de acordo com as sete áreas temáticas do formato do relatório
2. Elaborar o relatório do país em consulta com os participantes nacionais
3. Validar o relatório do país a nível nacional
4. Apresentar o relatório do país na reunião de validação sub-regional (harmonização & alinhamento dos dados)
5. Alterar o relatório do país baseado nas recomendações da reunião de validação sub-regional
6. Submeter o relatório final à Comissão da União Europeia para compilação antes da Assembleia da AU

Para facilitar o processo do relatório do país, as Directrizes do CAADP na Revisão Bienal aconselham os países a designar uma Pessoa do **Ponto Focal da Revisão Bienal Nacional** a liderar o processo de consulta nacional, para ser a pessoa ligação com a AU, e para representar o país nas plataformas de revisão regionais e sub-regionais. Esta pessoa do Ponto Focal da Revisão Bienal deve ser um especialista de dados agrícolas e não tem de ser a pessoa focal do CAADP, ou o Secretário Permanente da Agricultura.

Além disso, os países são aconselhados a organizar os participantes nacionais envolvidos no processo de comunicação sob uma plataforma nacional de Revisão Conjunta do Sector (JSR). Muitos países têm Revisões Conjuntas do Sector em curso, e podem adaptá-las às exigências do processo de Revisão Bienal (Anexo 9 fornece as directrizes da JSR).

Alguns países também têm um nódulo na plataforma Sistema de Apoio ao Conhecimento da Análise Estratégica (SAKSS) para reforço da capacidade nacional na análise da política, revisão e diálogo de apoio à implementação do NAIP. O nódulo do SAKSS pode ser usado no reforço à coordenação a nível do país entre os diferentes participantes que constituem o network do SAKSS do país. Para países sem este nódulo do SAKSS, a AUC, NPCA e RECs podem mobilizar o apoio para estabelecer esse tal nódulo do SAKSS.

6.4 Cronologia para Revisão Bienal

Como o próprio nome indica, a Revisão Bienal é organizada de dois em dois anos. O primeiro relatório continental sobre o progresso (o relatório 'inaugural') deve ser apresentado à Assembleia da União Africana em Janeiro de 2018.

O ano de 2016 ainda é dedicado ao desenvolvimento da fundação em termos de sistemas e processos, com os países começando a compilar relatórios do país a partir do ano de 2017.

A Declaração de Malabo cobre um período até 2025, o que significa que cinco ciclos de Revisão Bienal podem ser completados com informação para a Assembleia da União Africana a ter lugar em 2018, 2020, 2022, e 2024 mais a última concluída em Janeiro de 2026 (ver anexo 8).

6.5 Marco e Entregas

O **Relatório do País para a Revisão Bienal** baseado em dados de qualidade e objectivos reflectindo o estado da implementação do país é o marco no âmbito deste componente.

As entregas a nível do país foram feitas em direcção às entregas no âmbito do primeiro componente do país:

Mecanismo de M&E do País de Malabo

Este mecanismo M&E deve conter indicadores principais em relação às sete Áreas de Desempenho da Declaração de Malabo que deverão ser elaborados a nível do país. Este mecanismo baseia-se no Perfil do País, elaborado sob o primeiro componente, com os meios pelos quais os planos e programas que foram listados sobre o Perfil do País são monitorados.

Monitoramento oportuno do progresso na direcção dos objectivos de Malabo

A entrega aqui é a colheita de dados a tempo de serem usados no Relatório de Revisão Bienal do País. O processo de colheita de dados baseia-se no Quadro de Referências do País da Declaração de Malabo, que foi a estratégia do país para fechar as lacunas e melhorar a coordenação de todos os programas preparados sobre o primeiro componente CAADP do país.

7 Conclusão

Colocando em prática estas metas nobres concordadas no papel não é sempre fácil. Isto é quando declarações cheias de esperança e boas intenções se encontram com a realidade. Mas a realidade, por sua vez, oferece muitas lições e muitas vezes muito encorajadoras. Não há professor melhor do que a própria experiência.

A Declaração do Maputo de 2003 já teve a sua quota de desafios na implementação, e a Declaração de Malabo de 2014 não tornou a tarefa mais simples. Contudo, o crescimento dos sectores agrícolas tem sido mais forte devido ao CAADP. A cooperação entre parceiros, especialmente o governo e o sector privado aumentou, os planos são cada vez mais baseados numa investigação de programas nacionais e potenciais que promoveram uma unidade de propósito e direcção, também para os parceiros de desenvolvimento.

Os países podem construir baseados nesses pontos fortes. Os planos agrícolas, já baseados no potencial agrícola técnico, podem ser futuramente adaptados para terem mais em conta o que é realisticamente e politicamente viável. Os planos baseados-evidência da era-Maputo podem agora ser 'baseados-experiência', incorporando o conhecimento do que funcionou e do que não funcionou, quer no próprio país, ou em outros países implementando o CAADP.

Este é o objective deste guia: O tipo de um planeamento realístico e fundamental e implementação, que não foge a desafios, nem ignora os estrangulamentos que impedem a entrega do plano. Esta é a razão destas orientações estarem firmemente enraizadas nas experiências do país e fazerem uso liberal das melhores práticas na resolução de problemas.

A implementação não é tão directa ou alinhado como planeada. Muitas vezes, isto tenta os profissionais a criar um novo plano, quando o existente não funciona, contribuindo assim para um tipo de confusão que acontece quando sector agrícola trabalha sob muitos planos, com os responsáveis encontrando dificuldades em manter uma visão geral qual o plano destinado a alcançar o quê. Espera-se que estas directrizes encorajem os planeadores em aderirem aos seus planos, e enfrentarem honestamente e directamente os desafios da implementação. A implementação não precisa de ser perfeita, mas precisa de ser suficientemente boa. O progresso pode ser mais vagoroso que o habitual mas deve ser na direcção certa.

A Declaração de Malabo dá agora essa direcção a nível continental. Os Chefes de Estado assinaram esta declaração, dando-lhe assim legitimidade a níveis nacionais. Este compromisso político de alto nível deve ser capitalizado, ele pode oferecer aos sectores agrícolas e aos seus defensores o tipo de potenciamento que precisam de modo a tornar possível a cooperação ao longo dos sectores, e a avançar no sentido de finalmente cumprirem as promessas de segurança alimentar, empregos rurais e prosperidade de pequenos e médios agricultores.

Mas a jornada é longa, e entende-se que estas directrizes só vão poder ajudar aqueles que a vão empreender. NEPAD, juntamente com a AUC e RECs, continua comprometida a ajudar os países. Estas directrizes serão complementadas numa base contínua por informação-produtos e apoio técnico que podem abordar questões sempre que estas surgem. Para os participantes regionais e continentais do CAADP executarem os seus trabalhos e oferecer o tipo de serviço que os países têm o direito de esperar, os países devem comunicar, com franqueza e transparência, e informar os participantes do CAADP quais são os seus problemas, e com que iniciativas eles podem ser ajudados.

Os representantes do CAADP a todos os níveis não podem dar ao luxo de esperar até 2025 para reverem o que trouxe a Declaração de Malabo. Felizmente, o seu acordo para prestar contas cada dois anos impulsiona a implementação, especialmente a nível do país, porque isto é em última análise onde o desenvolvimento é alcançado. Então vamos deixar para trás o 'negócio-como-habitual', abraçar uma cultura de aprendizagem e unir forças com contacto ocular com o sector privado e sociedade civil na direcção de um objectivo comum.

Anexo 1 Instrumentos de apoio suplementares para a Implementação do CAADP no País

Notas Técnicas

Uma série de Notas Técnicas está sendo elaborada para acompanhar estas directrizes e para suplementar o apoio ao processo de Implementação do CADDP no País. Os temas vão incluir: intervenção Pública para estimular o crescimento do sector privado; Uso e impacto da regulação do mercado; Prós e contras do controlo de preço; Objectivos inteligentes dos subsídios de entrada (input); Reforma agrária; Integração do mercado regional; Abordagens da Cadeia de Valor, etc.

As Notas Técnicas vão também fornecer uma informação detalhada em “Como” informar sobre ferramentas de gestão tais como Estruturas de Despesa a Médio Prazo, Revisões de Despesa Agrícola Pública, mecanismos de coordenação de Desenvolvimento do Parceiro, Estruturas de Avaliação de Desempenho e quadros de resultados.

Especialistas relevantes no tópico vão redigir essas Notas Técnicas e a informação vai ser actualizada quando necessário. As Notas Técnicas serão disponibilizadas pela NEPAD numa cópia física (hard copy) e através do website da NEPAD/CAADP. O participante do país pode utilizar as Notas Técnicas conforme a demanda e elas vão fazer parte do material de informação da AUC/NEPAD facilitando as visitas ao país e workshops.

Redes (networks) Técnicas

As redes técnicas são ‘Comunidades de Prática’ que irão fornecer apoio técnico e desenvolvimento de capacidade aos Estados Membros da AU e em particular aos implementadores do CAADP. As redes técnicas irão desenvolver mecanismos e ferramentas para apoiar a implementação de áreas de conteúdo específico da Declaração de Malabo. Em alguns casos, os especialistas que fazem parte das Redes Técnicas também irão ser responsáveis pela elaboração das notas Técnicas acima descritas.

Especificamente, as redes técnicas irão fornecer: Melhor prática ou métodos mais modernos e ferramentas nas áreas técnicas específicas; formação orientada e de apoio ao desenvolvimento de capacitação como apropriado & exigido; conselhos técnicos em resposta a desafios de implementação; análises ocasionais da situação; e a facilitação de aprendizagem e partilha.

As redes técnicas são baseadas nas áreas de compromisso de Malabo como se segue:

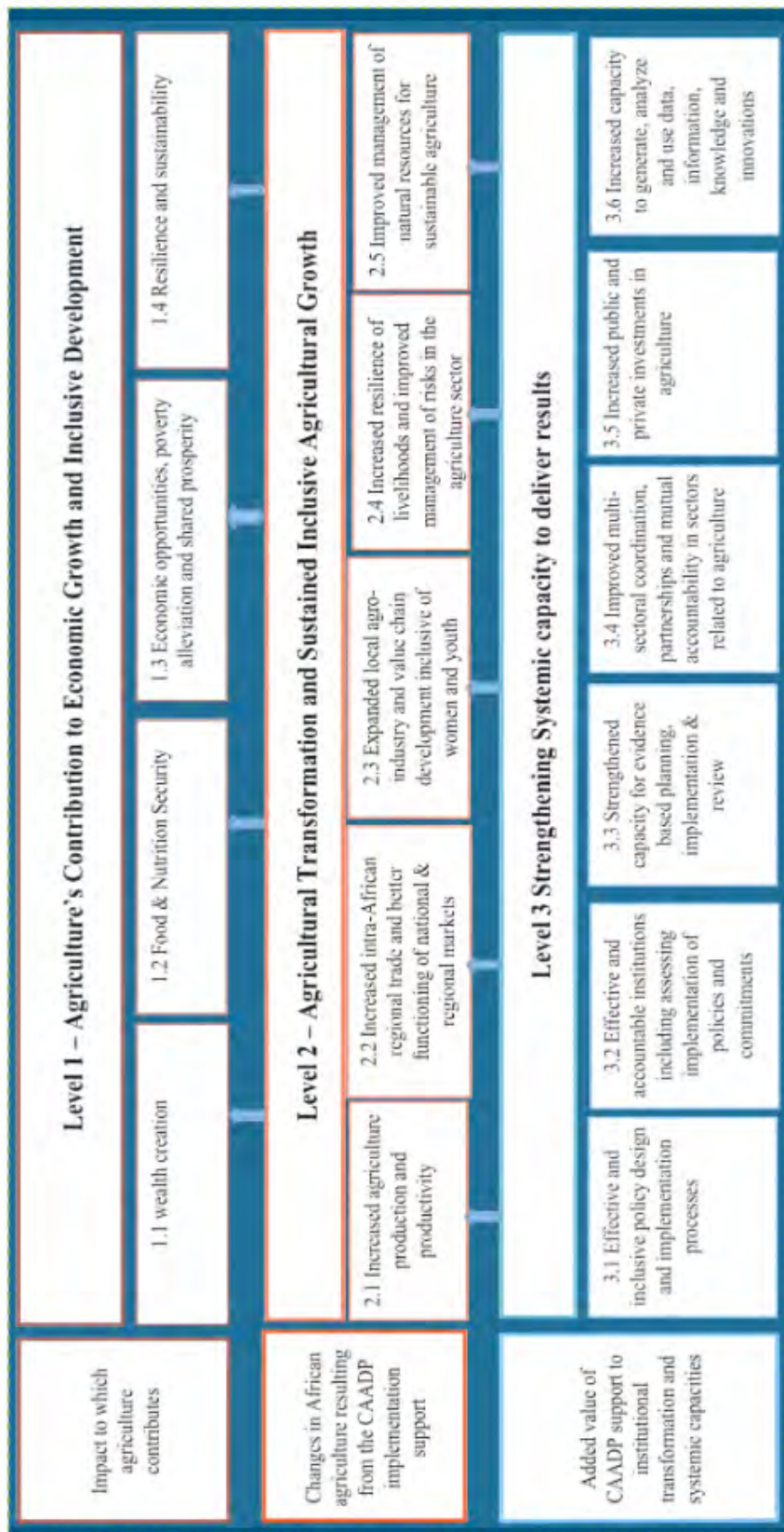
| Compromisso Malabo | Questões cobertas pela Rede Técnica (indicativo) |
|---|---|
| Reafirmação ao CAADP | Avaliação e implementação geral do NAIP; Incorporando os NAIPs nos Sistemas do País; Reforçando os sistemas do país através da implementação do NAIP. |
| Financiamento agrícola | Investimento doméstico, estrangeiro, privado e público na agricultura incluindo modelos & políticas para facilitação tais como investimentos. |
| Nutrição e Segurança Alimentar | Tópicos em nutrição; Política, planeamento multi-setorial e coordenação para abordar segurança nutricional e alimentar & limitar as perdas pós-colheita; Reservas Estratégicas de Comida & Redes de Segurança. |
| Investigação Agrícola & Desenvolvimento (ARD) e Extensão | A ciência Africana e agenda de investigação; Capacitação para investigação; Serviços de extensão e consultoria; Estratégias e planos para capacitação ARD requerida; Abordagem de lacunas tecnológicas agrícolas (pela investigação); Capacidade e modelos de serviços de extensão/consultoria que fornecem os agricultores. |
| Agro-indústria & desenvolvimento da cadeia de valor | O valor adicional às comodidades agrícolas e desenvolvimento agro-industrial geral; Questões de desenvolvimento da Cadeia de Valor (VC); Melhorando a funcionalidade da VC através de uma ligação participativa; Empossando o representante com capacidade e informação; Atribuição de preço, crédito, qualidade do produto; Tecnologia adequada, políticas e organização da meta final da entrega de serviços e input agrícolas. |
| Mercados & comércio regional | Questões comerciais regionais e globais (políticas, facilitação, barreiras, Sanitárias e Fitossanitárias (SPS); Segurança alimentar; Desenvolvimento do mercado (informação, infra-estrutura) |
| Resiliência, gestão de risco e gestão de recursos naturais | Resiliência e gestão de risco; Mitigação das alterações climáticas & adaptação (incluindo clima-propício à agricultura); Irrigação & gestão da água; Questões da terra. |
| Gestão de conhecimento, análise política e responsabilidade dos resultados | Desenvolvimento e revisões dos NAIPs; Responsabilidade Mútua e sistemas de Revisão Bienal; Medição, monitoramento, avaliação; Processos estratégicos de planeamento; Coordenação do sector; Análise política; Estatísticas da agricultura e gestão de dados; Conhecimento de disseminação e geração. |

Conjunto de Ferramentas (Toolkit) de Análise do NAIP

Um conjunto comum de ferramentas analíticas, métricas e abordagens foram identificadas e podem ser utilizadas para medir e monitorar o progresso do NAIP em relação aos objectivos de Malabo. Este conjunto de ferramentas ainda está em desenvolvimento mas o seu foco será a identificação de métricas para os objectivos e metas principais, e ferramentas para rastreamento de marcos. Além disso, o conjunto de ferramentas apresenta passos principais para o uso de métricas e ferramentas na avaliação do estado de países individuais e na definição de objectivos específicos do país e marcos que irão guiar os planos de investimento futuros nas seguintes áreas temáticas :

1. **Objectivos, metas e compromissos globais** em particular as metas a nível nacional em alcançarem 6% do crescimento do sector agrícola, e erradicarem a pobreza até 2025;
2. **Desenvolvimento do crescimento inclusivo e cadeia de valor** usando a análise da economia-alargada para identificar as comodidades e cadeias de valor mais promissoras (5 no total) que podem conduzir todo o sector e o crescimento de renda;
3. **O comércio regional** determina primeiro o estado actual dos assuntos no que diz respeito ao volume do comércio com outros países Africanos na região como uma base para projecções de um aumento do comércio regional;
4. **Nutrição** concentra-se nos objectivos da Declaração de Malabo em acabar com a fome, reduzir a desnutrição de crianças com menos -5 anos para 10% e reduzir as crianças com peso inferior com menos -5 anos para 5%;
5. **Clima Propício à Agricultura** analisa as ameaças do país às alterações climáticas e resiliência a futuros choques;
6. **Análise do género** é realizada através dos cinco domínios do Índice Agrícola de Empossamento das Mulheres (WEAI).

Anexo 2 Estrutura dos Resultados do CAADP



Anexo 3 Visão geral dos compromissos da Declaração de Malabo

Declaração de Malabo sobre Crescimento Agrícola Acelerado e Transformação para Prosperidade Partilhada e Melhoramento dos Meios de Vida , Malabo, Guiné Equatorial, de 26-27 Junho de 2014

- 1. Reafirmação dos Princípios e Valores do Processo CAADP**
- 2. Reafirmação do melhoramento do investimento financeiro na Agricultura**
 - Aprovar o objectivo de 10% da despesa pública
 - Operacionalizar o Banco de Investimento Africano
- 3. Compromisso a fome Zero - Acabar com a Fome até 2025**
 - Pelo menos duplicar a produtividade (com foco nos Inputs, irrigação, mecanização)
 - Reduzir PHL pelo menos para metade
 - Nutrição: reduzir a desnutrição para 10%
- 4. Compromisso em reduzir a Pobreza para Metade, até 2025, através de Crescimento Agrícola Inclusivo e Transformação**
 - Apoiar o crescimento anual do sector no GDP Agrícola pelo menos em 6%
 - Estabelecer e/ou reforçar parcerias inclusivas público-privadas pelo menos para cinco (5) cadeias de valor de comodidades agrícolas prioritárias com ligações fortes com explorações agrícolas pequenas.
 - Criar oportunidades de emprego pelo menos para 30% dos jovens nas cadeias de valor agrícolas.
 - Entrada & participação preferencial a mulheres e jovens em negócios agrícolas atraentes e lucrativos
- 5. Compromisso no Impulsionamento de Serviços & Comodidades Agrícolas no Comércio Intra-Africano**
 - Triplicar o comércio intra-Africano em comodidades agrícolas
 - Área comercial livre continental e rápida & transição para um regime de taxa Externa Comum continental
- 6. Compromisso no Reforço da Resiliência de Meios de Vida & Sistemas de Produção para Variabilidade Climáticas e Outros Choques**
 - Garantir que até 2025, pelo menos 30% dos agregados familiares agrícola/pastoral são resilientes a choques
- 7. Compromisso a Responsabilidade Mútua de Acções e Resultados**
 - Por meio da Estrutura de Resultados do CAADP , conduzir uma Revisão Bienal Agrícola

Anexo 4 *Ligação da Estrutura de Resultados do CAADP e Declaração de Malabo*

Notar que os Compromissos 1 e 2 da Declaração de Malabo estão no Nível 3 da Estrutura de Resultados do CAADP. Os compromissos 3 a 6 da Declaração de Malabo estão no Nível 2 de Resultados e no Nível 1 de Impacto. O compromisso 7 é sobre o relatório bienal em progresso em relação a toda a estrutura.

| Nível 1 Contribuição agrícola ao crescimento económico e desenvolvimento inclusivo | | | |
|--|---|--|--|
| 1.1 | Criação de riqueza | MD 4 Reduzindo a pobreza para metade através do crescimento agrícola inclusivo e transformação | |
| 1.2 | Segurança nutricional e alimentar | MD 3 Acabando com a fome até 2025 e reduzindo a desnutrição para um máximo de 10% | |
| 1.3 | Oportunidades económicas, alívio da pobreza e prosperidade partilhada | MD 5 Impulsionando o comércio intra-Africano em comodidades e serviços agrícolas | |
| 1.4 | Resiliência e sustentabilidade | MD 6 Melhoramento da resiliência dos meios de vida & sistemas de produção às variabilidades climáticas & outros choques | |
| Nível 2 Transformação agrícola e crescimento agrícola inclusivo sustentável | | | |
| 2.1 | Aumento da produção agrícola e produtividade aumentada | MD 3 Acabando a fome pela duplicação da produtividade | MD 4 Reduzindo para a metade a pobreza através de um crescimento anual de pelo menos 6% |
| 2.2 | Aumento do comércio regional intra-Africano | MD 5 Triplicar o comércio intra-Africano em comodidades agrícolas | |
| 2.3 | Expansão da agro-indústria local e desenvolvimento inclusivo da cadeia de valor para mulheres & jovens | MD 4 Reduzindo para metade a pobreza através de parcerias inclusivas público-privadas pelo menos para 5 cadeias de valor prioritárias | |
| 2.4 | Aumento da resiliência dos meios de vida | MD 6 Melhoramento da resiliência dos meios de vida e sistemas de produção à variabilidade climática & outros choques | |
| 2.5 | Melhoramento da gestão de recursos naturais | | |
| Nível 3 Reforço da capacidade sistémica de entrega de resultados | | | |
| 3.1 | Política e processos de implementação inclusivos e eficazes | Compromisso 1 da Declaração de Malabo (MD): Reafirmação aos princípios e valores do Processo do CAADP | |
| 3.2 | Instituições responsáveis e eficazes | | |
| 3.3 | Reforço da capacidade para evidência baseada no planeamento, implementação & revisão | | |
| 3.4 | Melhoramento multi-sectorial da coordenação, parcerias e responsabilidade nos sectores relacionados com a agricultura | | |
| 3.6 | Aumento da capacidade para gerir, analisar e usar dados, conhecimento e inovação | | |
| 3.5 | Aumento dos investimentos privados e públicos na agricultura | MD 2 Reafirmação para melhorar o investimento agrícola | |

Anexo 5 Lista de controlo da Avaliação do NAIP e Conjunto de Ferramentas

A lista de controlo em baixo é dividida em quatro áreas de avaliação como discutida nas Directrizes: Política & Planeamento; Finanças & Investimento; Coordenação & Cooperação; Monitoramento e Responsabilidade. Pode ser usada como uma (auto)-avaliação, ex., fases de formulação (em países projectando um NAIP) ou como parte de um M&E em curso (em países com NAIPs em curso). Pode ser usada na totalidade (para uma avaliação sectorial aprofundada) ou em parte (quando foca estrangulamentos em áreas particulares. Notar que esta lista de controlo não é exaustiva e pode ser revista e adaptada para atender as necessidades e propósitos de países individuais. Além desta lista de controlo um **Conjunto de Ferramentas de Avaliação do NAIP** está disponível para orientar os países na medição, metodologia e identificação de prioridades para investimento no NAIP.

1. Política & Planeamento

1.1 Formulação do NAIP

- Quem participou na formulação e projecto do NAIP?
- Qual era a composição da Mesa Redonda do CAADP? Quão inclusivo era esse grupo? Ele representava os participantes principais?
- O NAIP tem propriedade alargada e é amplamente conhecido ?
- Foi um Exercício de Inventário executado como uma base para o NAIP? Foram as suas conclusões introduzidas no NAIP?
- Foram as discussões nos instrumentos (incluindo medidas de política) realizadas durante o Exercício de inventário e quais foram os resultados ?
- É o NAIP sobre o crescimento impelido do sector privado (e presta ele atenção a colheitas de rendimento) ou da produção impulsionada pelo sector público (e presta ele atenção na maioria a colheitas de alimentos básicos)?
- Qual é o âmbito do NAIP? Alargada-sector? Alargada sub-sector? Limitada-Ministério?

1.2 O NAIP no planeamento total e contexto do programa

- O que é planeamento de hierarquia: Da visão do país até ao NAIP?
- Como estão alinhadas as diferentes estruturas de planeamento?
- Quais são os prazos das diferentes estruturas de planeamento?
- Existe um Plano Nacional de Desenvolvimento (NDP)?
- Qual é a ligação entre o NDP e o NAIP?
- Está o Plano de Desenvolvimento Nacional alinhado com a Declaração de Malabo?
- Existe uma Política Agrícola nacional? É pré-datada ao NDP actual e foi o NDP baseado nesta política? Ou foi formulada depois do NDP e foi projectada do NDP? Quem faz o mandato da Política Agrícola; e quais são as instituições de implementação?
- Tem o país uma Estratégia Agrícola alargada-sector a qual é uma estrutura de orientação para todos os ministérios, instituições e participantes relevantes à agricultura?
- É a estrutura política e legislativa favorável para uma implementação do NAIP?
- Quais os outros programas nacionais de desenvolvimento agrícola que existem no sector agrícola ao lado do NAIP? Quais os seus prazos e âmbitos? (ex. estratégias nacionais para segurança alimentar, comércio agrícola, mudança climática, emprego rural, mulheres e jovens)
- Estão os papéis entre o NAIP e outros programas agrícolas nacionais definidos nitidamente?

1.3 NAIP e instrumentos de implementação

- Quais os instrumentos de implementação (técnicos, reguladores, financeiros, organizacionais) que o Governo irá implementar para alcançar os resultados do nível 2?
- Quais os mecanismos previstos para garantir a operação desses instrumentos?
- Que indicadores serão utilizados para monitorar a implementação desses instrumentos e a sua eficácia?

1.4 Traduzindo o NAIP em planos de trabalho anual

- É o NAIP parte de um processo de planeamento anual? Do Ministério da Agricultura, ou também de outros ministérios (relacionados com a agricultura)?
- Será que as actividades descritas no NAIP dependem na operação de instrumentos de implementação relevantes?
- Será que os DPs apoiando o NAIP contribuem para planos de trabalhos gerais do governo? Até que ponto?
- Ou será que o apoio do DP ao NAIP assume a forma de projectos (individuais ou conjuntos) apoiados pelo DP para os quais existem planos de trabalho separados?

2 *Finança & Investimento*

2.1 Processo orçamental

- É o orçamento do NAIP desenvolvido com base nos recursos que o sector público vai investir na operação dos instrumentos de implementação relevantes identificados?
- De quando a quando é o ciclo orçamental do país?
- É o processo orçamental transparente e confiável?
- É alcançado o objectivo do CAADP de 10% da despesa pública para a agricultura?
- Será que o país tem uma Estrutura de Despesa a Médio Prazo (MTEF)? Para o país num conjunto ou só para sectores seleccionados?
- É a MTEF baseada-sector ou baseada-instituição? Significando: existe uma MTEF Agrícola (i.e. relevante para todos os ministérios contribuindo na agricultura) ou uma MTEF para o Ministério da Agricultura?
- É o NAIP ligado à MTEF? De que maneira?
- Existe um comité parlamentar sobre Agricultura? Qual a composição e capacidade? É suficientemente representativo e capaz e é oportunamente informado de forma a executar o seu trabalho?
- É o NAIP discutido durante a secção do orçamento anual?
- São as Revisões de Despesa Pública (PER) feitas regularmente? Foi uma PER Agrícola feita recentemente? Foram as suas conclusões integradas no Sistema de gestão financeiro?

2.2 Desenvolvimento de Fundos de Parceiros

- Quais são os DPs apoiando o sector agrícola? Quais são os DPs apoiando o NAIP?
- Estão as contribuições do DP para o sector da agricultura e/ou NAIP reflectidas nos documentos do orçamento (i.e. 'dentro-orçamentoo')?
- Qual a proporção do governo e fundos DP sob o NAIP?
- Existem alguns DPs não-estatais (ex. ONGs, caridades, fundos globais) activos na agricultura? São essas contribuições capturadas, estão elas 'dentro do orçamento'? Quais as suas proporções de fundos em relação ao sector total do orçamento?

2.3 Investimento privado

- Como o investimento privado é atraído ao sector?
- Será que o NAIP tem uma estratégia nítida no que diz respeito a culturas de rendimento no país? Será que ele especifica como fazer com que o investimento existentes nessas culturas de rendimento trabalhe para o crescimento equitativo e pró-pobres?
- Estão os investimentos existentes na agricultura a serem tomados em conta (ou a fazerem um uso óptimo deles para alcançar os objectivos do NAIP)? Tanto a níveis nacionais como sub-nacionais?
- Será que o orçamento do NAIP inclui financiamento público e investimento privado? Qual é a quota percebida entre os dois (público contra fundos privados)? É o investimento privado no sector agrícola medido regularmente? Pelo Ministério da Agricultura ou pelo Ministério do Comércio (e Indústria)? Estão os formuladores de política, planeadores e tomadores de decisão na agricultura cientes das tendências do investimento privado na agricultura? É a informação nessas tendências um ingrediente fixo na estratégia e planeamento do programa?
- São as plataformas de diálogo público-privadas realizadas regularmente? Como elas são organizadas: Por cadeia-valor, por região, por tema, por tamanho do negócio (pequeno, médio, largo ou global)?
- É a informação obtida através destas plataformas público-privadas, ou via diálogos público-privados, usada na estratégia e planeamento do programa?
- É o país um dos 14 no WB's 'Possibilitando o monitoramento da base de dados do Negócio da Agricultura'? São tomado conhecimento dos relatórios, são as recomendações implantadas?

3 Coordenação & Cooperação

3.1 Estado e Representantes Não-Estatais

- Quem são os representantes contribuindo para a implementação do NAIP? Eles incluem representantes do sector privado e não-estatal?
- É o NAIP claro nos papéis? Tanto para representantes do governo como privados? Para níveis nacionais e sub-nacionais? Estão os representantes cientes do seu papel planeado?
- Está o sector privado organizado, forte e vocal?
- Estão os agricultores organizados, fortes e vocais?
- É o NAIP mais orientado na direcção da criação de um ambiente favorável para um investimento do sector privado e é toda a prestação de serviço público vista através de uma lente de melhoramento que favorece o ambiente? Ou é mais sobre 'negócio como habitual' com respeito à prestação de serviço público?
- Foi dado lugar ao negócio agrícola neste NAIP como um resultado da implementação do NAIP?

3.2 Coordenação do sector

- Se houver um termo médio (ex.cinco anos) do Plano de Desenvolvimento Nacional, quem lidera este plano? Ministério das Finanças e/ou Planeamento?
- Como é a implementação sobre a coordenação do NDP? Estão os ministérios agrupados ou aglomerados em Componentes NDP? (e.g. Governância, Serviços Sociais, Desenvolvimento Económico)
- Como é alcançada a coordenação entre os sectores que são relevantes para a agricultura? (ex., agricultura, comércio, ambiente, água).
- Como é alcançada a coordenação entre os ministérios? É possível a coordenação inter-sectorial pela Agricultura - ou é necessário o papel do governo central? Existe um Comité Inter-Ministerial Agrícola?

- Qual é o papel actual do governo central (ex. Ministério das Finanças ou Planeamento) na implementação do NAIP ?
- Será que a coordenação no âmbito do Ministério da Agricultura trabalha? Ex. entre departamentos diferentes e entre níveis nacional e sub-nacional.
- Quem é o proprietário, líder, anfitrião ou coordenador?
- Como é alcançada a coordenação entres os representantes públicos e privados?
- Os Grupos Técnicos de Trabalho fazem parte de um mecanismo de coordenação do NAIP? É a coordenação dos grupos orientada-resultados, produzem esses grupos de trabalho os resultados desejados de uma maneira oportuna ? São as suas considerações tomadas em conta?
- É o sector privado parte dos mecanismos regulares de coordenação do NAIP? Estão dispostos a fazer parte das reuniões de coordenação? Sentem que as suas vozes são escutadas?

3.3 Coordenação do Parceiro de Desenvolvimento

- Como são coordenados os Parceiros de Desenvolvimento? Pelo governo e no sector agrícola? (ex. Política de Ajuda, Memorando de Compreensão, Código de Comportamento, Divisão de Trabalho, Estratégia Conjunta de Assistência)
- Será que os Parceiros de Desenvolvimento têm os seus próprios mecanismos de coordenação? Qual o nome, propósito, âmbito e composição do mecanismo?
- Existe um doador líder na Agricultura? Quem é?
- É a coordenação dos parceiros de desenvolvimento dirigida-governo? Será que o governo consegue alinhar os DPs com os seus planos? O que parece ser mais verdadeiro: DPs impulsionando as suas agendas ou o governa coordenando?

4 Monitoramento & Responsabilidade

4.1 Monitoramento

- O que é o sistema nacional de monitoramento: é executado logicamente e comparavelmente para todos os sectores? Foi construído em sentido descendente (ex. com o plano de Desenvolvimento Nacional como base e os Sistemas M& E do sector projectados a partir daí) ou é executado em sentido ascendente com cada sector tendo desenvolvido o seu próprio M&E ao longo do tempo? Ou os sistemas ascendente e descendente estão ligados?
- Qual a força e papel das Secretarias Nacionais de Estatística ou o Escritório Nacional de Estatística? Elas coletam que proporção dos dados usados pelo M&E (também por DPs)? Quais são seus problemas principais; esses são considerados uma prioridade (também por DPs) e são esses abordados ?
- São as conclusões do M&E usadas nos Sistemas de Informação de Gestão (MIS)? A que nível?
- Com se parecem os MIS do Ministério da Agricultura e os sistemas M&E? Estão ligado a outros sistemas a nível do sector (ex. partilha de informação ou colheita conjunta de dados com outros ministérios relacionados à agricultura)? Estão ligados a M&E a nível nacional (ex. sob o NDP)?
- No caso de mais ministérios contribuírem para a implementação/resultados do NAIP, é o monitoramento da implementação do NAIP integrado no M&E dos ministérios contribuintes? Ou tudo o que é relevante ao NAIP é monitorado por meio de um programa separado do M&E?
- Será que o sector agrícola tem um Sistema de Informação de Gestão (MIS) activo? Ao longo do sector ou para ministérios individuais ?

- Qual é o alcance da actividade trans-sectorial do M&E? (i.e. o monitoramento das actividades que são implementadas pelos diferentes representantes mesmo sob diferentes ministérios)
- Quantos indicadores vão ser monitorados para a implementação do NAIP? Como foram formulados esses indicadores? Foram tirados das estruturas superiores como os NDPs? Ou recém formulados na altura da formulação do NAIP ?
- Será que o país possui uma Estrutura de Avaliação de Desempenho (PAF)? A que nível? Existe uma PAF para o sector agrícola?

4.2 Monitoramento por Parceiros de Desenvolvimento

- Será que os DPs no sector aderem aos indicadores e sistemas de monitoramento do país ou eles têm os seus próprios indicadores de monitoramento e preparação?
- Será que o sector executa uma Revisão Conjunta do Sector (JSR)? Com que frequência? Quantas das últimas recomendações dos JSR's se transformaram em acção? Qual foi a razão para certas recomendações não terem sido seguidas?

4.3 Responsabilidade

- É o M&E levado a sério? Existe uma 'cultura de aprendizagem' no governo?
- É a execução do orçamento informada ao parlamento? Existe um âmbito para escrutínio dos relatórios do governo/discurso do orçamento?
- São as conclusões do M&E amplamente disseminadas e acessíveis? Elas são acompanhadas?
- É o NAIP conhecido para além do governo ou abaixo do nível nacional? Quem se importa se o NAIP é ou não implementado?
- É o governo responsabilizado? Pelo parlamento/MPs? Por participantes/cidadãos? Existe uma imprensa livre? Qual o papel da mídia no monitoramento e responsabilidade?

Anexo 6 Comparação entre a SWAP Agrícola e o NAIP

A SWAP Agrícola (introduzida nos meados dos anos 90) e o Plano de Investimento Agrícola Nacional (desenvolvido primeiro em Ruanda, Outubro de 2009) perseguem ambos o mesmo objectivo: Aumento da segurança alimentar e crescimento agrícola equitativo. Contudo, a razão das suas origem foi diferente. SWAP foi uma resposta às pragas duplas (e por vezes relacionadas) de ajuda altamente fragmentada e colapso das instituições nacionais. A SWAP procurou harmonizar a ajuda fazendo ao mesmo tempo mais uso de instrumentos nacionais (políticas) e sistemas (gestão financeira, monitoramento) para alinhar, coordenar e até canalizar essa ajuda (apoio orçamental). O propósito foi assim de restaurar o papel de liderança do país e reforçar os seus sistemas.

A origem do NAIP foi a constatação que é necessário o crescimento da agricultura, e embora existam histórias de sucesso estas estão dispersas por todo o continente. O veículo do CAADP pan-Africano ofereceu uma plataforma continental para identificar e expandir tal sucesso; por via de planos a nível nacional que são baseados em potencial específico-país (inventário) que é apoiado (baseado na evidência) por áreas projectadas de investimento mais apropriadas para uma base-alargada do crescimento da agricultura. O alinhamento e harmonização da ajuda foi sempre um objectivo-lateral do NAIP; o NAIP nunca foi projectado como um instrumento de ajuda da mesma forma que foi (originalmente) a SWAP.

| | SWAP Agrícola | NAIP |
|-----------------------------|---|---|
| Propósito | Aumento da segurança alimentar e crescimento agrícola equitativo | |
| Em existência: | Desde os meados de 1990s | A partir de 2009 |
| Razão original: | Ajuda ineficaz & o colapso dos sistemas financeiro nacionais | Crescimento agrícola Africano vagoroso e irregular |
| Objectivo principal: | Reforço dos Sistemas Nacionais | Expansão das melhores práticas agrícolas |
| Nova abordagem a: | Gestão de Ajuda & Sector | Planeamento de Investimento |
| Ênfase em: | Propriedade do Governo; o diálogo político | Propriedade Nacional; inclusão; planeamento baseado-evidência |
| Instrumento para: | Gestão pública sectorial e harmonização da ajuda pública | Planeamento do investimento no sector |
| Foco em: | Despesa pública: Tanto pelo Governo & DPs | Investimento: Pelo sector Público & Privado |
| Âmbito: | Baseado no mandato público | Destinada a ser alargada ao sector |
| Papel: | Abordando uma necessidade pública | Explorando as necessidades do sector privado |
| Inclina-se para: | Segurança alimentar, emprego rural | Crescimento agrícola |

Anexo 7 Planos de Desenvolvimento Nacional e NAIPs

Abaixo está uma visão geral dos Planos de Desenvolvimento Nacional e NAIPs nos países visitados como parte do CAADP e Estudos dos Sistemas Nacionais e a Avaliação do NAIP.

Notar que em Ruanda os prazos dos programas nacionais e sectoriais assim como do envelope de recursos (ASIP) são sincronizados. Isto facilita largamente o planeamento, orçamento e monitoramento.

| Ruanda | | |
|-------------------|---|-------------|
| EDPRS II | Estratégia de Desenvolvimento Económico & Redução da | 2013 – 2017 |
| PSTA III | Pobreza | 2013 – 2017 |
| ASIP II | Plano Estratégico para a Transformação da Agricultura Plano de Investimento do Sector Agrícola | 2013 – 2017 |
| Tanzânia | | |
| Mkukuta II | Estratégia da Redução da Pobreza na Tanzânia | 2011 – 2015 |
| ASDS II | Programa de Apoio ao Desenvolvimento Agrícola | 2015 – 2024 |
| TAFSIP | Plano de Investimento para a Segurança Alimentar e Agricultura | 2011 – 2021 |
| ASDP II | na Tanzânia Programa de Desenvolvimento do Sector Agrícola | 2014 - 2020 |
| Burundi | | |
| CSCP II | Programa Estratégico de Crescimento e da Luta contra a Pobreza | 2012 – 2016 |
| SNA | Estratégia Agrícola Nacional | 2008 – 2015 |
| PNIA/PPIA | Plano Nacional / Plano Provincial de Investimento Agrícola | 2012 – 2017 |
| PNSA | Programa Nacional de Segurança Alimentar | 2009 - 2015 |
| Malawi | | |
| MDGS II | Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento do Malawi | 2011 – 2016 |
| NAP | Política Agrícola Nacional | 2016 – 2020 |
| ASWAP | Abordagem Alargada do Sector Agrícola | 2011 – 2016 |
| NES | Estratégia de Exportação Nacional | 2013 - 2018 |
| Togo | | |
| SCAPE | Estratégia de Crescimento Acelerado e Promoção de Emprego | 2013 – 2017 |
| PNDAT | Projecto Nacional para apoiar o Desenvolvimento Agrícola no | 2013 – 2022 |
| PNIASA | Togo Investimento Agrícola Nacional e Programa de Segurança Alimentar | 2010 - 2015 |
| Camarões | | |
| DSCE | Documento da Estratégia de Crescimento para Emprego | 2010 – 2019 |
| SDSR | Estratégia do Desenvolvimento do Sector Rural | 2005 – 2015 |
| PNIA | Plano Nacional de Investimento Agrícola | 2014 – 2018 |

Anexo 8 Revisão Bienal Cronológica

| Ano | Trimestre | Actividade | |
|------|-----------|---|--------------|
| 2016 | 3 | Colheita de dados do quadro de referências / Consultas dos participantes | |
| | 4 | Reunião Bienal da Revisão de Pares (dos Pontos Focais da BR nacional) | |
| 2017 | 5 (1) | Preparação dos Relatórios do País | País |
| | 6 (2) | Preparação dos Relatórios do País | |
| | 7 (3) | Reunião sub-regional de validação Compilação dos Relatórios do País seguido por uma validação on-line Preparação do Relatório Continental até 15 de Outubro | RECs |
| | 8 (4) | Relatório Bienal Final Editando e imprimindo o Relatório Bienal final | AUC/ NPCA |
| 2018 | 1 | Revisão Bienal – Relatório Inaugural Retiro PS (irá receber um foco de responsabilidade) Conferência dos Ministros da Agricultura, RD, Pescas & Aquacultura (foco estratégico) | |
| | 2 | | |
| | 3 | | |
| | 4 | | |
| 2019 | 5 (1) | Preparação dos Relatórios do País | País |
| | 6 (2) | Preparação dos Relatórios do País | |
| | 7 (3) | Reunião sub-regional de validação Compilação dos Relatórios do País seguido por uma validação on-line Preparação do Relatório Continental até 15 de Outubro | RECs |
| | 8 (4) | Relatório Bienal Final Editando e imprimindo o Relatório Bienal final | AUC/ NPCA |
| 2020 | 1 | Revisão Bienal – Segundo Relatório Retiro PS (irá receber um foco de responsabilidade) Conferência dos Ministros da Agricultura, RD, Pescas & Aquacultura (foco estratégico) | |
| | 2 | | |
| | 3 | | |
| | 4 | | |
| 2021 | 5 (1) | Preparação dos Relatórios do País | País |
| | 6 (2) | Preparação dos Relatórios do País | |
| | 7 (3) | Reunião sub-regional de validação Compilação dos Relatórios do País seguido por uma validação on-line Preparação do Relatório Continental até 15 de Outubro | RECs |
| | 8 (4) | Relatório Bienal Final Editando e imprimindo o Relatório Bienal final | AUC/ NPCA |
| 2022 | 1 | Revisão Bienal – Segundo Relatório Retiro PS (irá receber um foco de responsabilidade) Conferência dos Ministros da Agricultura, RD, Pescas & Aquacultura (foco estratégico) | |



Anexo 9 *Directrizes da Revisão Conjunta do Sector (JSR)*

Um conjunto dedicado de directrizes assim como uma nota de conceito na JSR está disponível e deve ser usado como referência para o exercício.



African Union Commission

Office +251 11 551 77 00

Web www.africa-union.org

Twitter @AUC_CAADP

Facebook www.facebook.com/AfricanUnionCommission

NEPAD Planning and Coordinating Agency

Office +27 (0) 11 256 3600

Email info@nepad.org

Web www.nepad.org / www.nepad-caadp.net

Twitter @NPCACAADP

Facebook www.facebook.com/nepad.page

